



DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA VIDA

FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL E A A COMUNIDADE ANGOLANA

Bento Miguel Monteiro

2012

RESUMO:

A investigação foi organizada em três capítulos.

O primeiro capítulo corresponde à análise teórica da temática da inserção dos imigrantes e das minorias étnicas essencialmente com base numa análise bibliográfica. Procurou-se, por um lado, apresentar os modelos teóricos mais frequentemente adoptados pelos Estados face à imigração e, por outro, identificar os principais tipos de factores que intervêm no processo de adaptação dos imigrantes ao país de acolhimento. Procedeu-se, por fim, a uma particularização desta teoria ao caso dos seus descendentes.

No segundo capítulo analisa-se as política de imigração seguidas por Portugal e a legislação nacional relativa a imigrantes e estrangeiros. Esta investigação privilegiou questões que mais directamente estão ligadas com o grupo em estudo - os descendentes de imigrantes e as minorias étnicas. É de referir que a legislação e as políticas, directa ou indirectamente relacionadas com a imigração e minorias étnicas, desenvolvidas por um estudo revelam muito sobre o seu posicionamento teórico face a estas matérias.

Ao nível legislativo prestou-se especial atenção à questão da aquisição da nacionalidade portuguesa e à lei da imigração ou seja à regulação da entrada, residência e expulsão de estrangeiros.

É também apresentada uma breve evolução da política de imigração em Portugal, tendo sido expostas, com maior pormenor, algumas medidas políticas que procuram contribuir para apoiar a adaptação dos imigrantes e minorias étnicas e seus descendentes, nomeadamente a criação do Alto-Comissário para Imigração e Dialogo Intercultural (ACIDI), desde de 2002, os processos de Regularização Extraordinária de Estrangeiros em situação irregular e algumas medidas de combate ao racismo e discriminação e à exclusão social.

Ainda, a apresentação das principais características da Comunidade angolana residente em Portugal, na qual o grupo de descendentes de angolanos e luso - angolanos está integrada. Este consiste também num dos aspectos identificados no primeiro capítulo como um vector com influência na inserção dos indivíduos em estudo.

No primeiro capítulo procede-se a uma breve análise da evolução e caracterização dos fluxos migratórios para Portugal, deslocando em seguida o foco de análise para o caso particular dos indivíduos de origem angolana. Para a caracterização da Comunidade angolana recorreu-se aos dados oficiais disponíveis e complementou-se

esta informação com elementos recolhidos através da aplicação de um questionário a indivíduos de etnia angolana nascidos em Portugal ou trazidos para Portugal em criança.

Esta Investigação tem como objectivo mostrar também o elevado número de associações que trabalham com a comunidade e a variedade de objectivos e actividades desenvolvidas, vamos apresentar algumas destas associações e sua localização.

Por fim, procede-se através da análise dos resultados da aplicação do inquérito acima referido e das entrevistas realizadas, por um lado, caracterizar o grupo de descendentes de angolanos abrangidos na amostra e, por outro, discutir numa óptica de avaliação, a inserção destes indivíduos e alguns dos factores que influencia.

A presente investigação constitui uma tentativa de reconstruir e de compreender os processos que regem as dinâmicas da identificação da comunidade angolana em Portugal e do perfil para a sua integração. Em todos os países de acolhimento de imigrantes, a integração dos seus descendentes constitui um dos maiores desafios à sociedade, incomparavelmente mais complexos do que a integração da primeira geração. Enquanto os “pioneiros” estão disponíveis para enfrentar todas as dificuldades e têm como referência a comparação com as condições mais hostis do seu país de origem, os seus filhos, muitas vezes já nascidos no país de acolhimento, não viveram o processo migratório, nomeadamente na dureza das suas causas. A comparação que encontramos, é mais uma análise interactiva e interrelacional e permite proceder à comparação de informação – justamente com os jovens da sua idade que permanecem no país, - com os jovens originários do país onde residem. E aí, as diferenças são, muitas vezes, flagrantes.

A melhor maneira de olhar a sociedade portuguesa, consiste em ver como essa sociedade evoluiu durante as últimas décadas (século XX). Para outros autores, compreender Portugal, em termos dos seus fundamentos e organização, encontra-se em causa ou em discussão. Decorrem desse contexto incertezas e conflitos, posto que se confronta uma história passada e ainda recente com o facto de que o futuro português tem agora como «modelo e horizonte» a Europa. De um olhar e uma realidade histórica voltada «para dentro» vale dizer, para o interior do continente e seu centro, coloca aí as esperanças de sua modernização e prosperidade. Transforma-se em «uma sociedade plural [...] Há de modo crescentes sinais de pluralidade: na população, nos traços étnicos e culturais nos comportamentos religiosos, na vida política, na organização do Estado, na competição económica e na organização civil» (Barreto, 1995, p. 842).

As condições socioeconómicas das suas famílias, em norma mais pobres que a média nacional, empurra-os para as margens da exclusão social, com impacto na habitação, na saúde

ou na educação. A esta marginalização socioeconómica acresce igualmente a discriminação em função da origem, racial, étnica ou nacional. A desigualdade de oportunidades manifesta-se em vários domínios. Atravessa os seus percursos escolares e desafia os seus projectos de futuro académico e profissional, dificultando o rompimento e a superação do universo profissional de inserção dos seus países, e a construção de trajetórias de mobilidade social ascendente. Estende-se depois até à duríssima discriminação no acesso ao trabalho, passando igualmente pelos efeitos perversos dos preconceitos e/ou dos estereótipos, que os minimizam. Ainda há muitos portugueses “europeus” que se afastam de um negro, que lhe negam habitação, trabalho, por causa de séculos de desprezo e de repugnância. Portugal tem ainda um longo caminho na descoberta não física, geológica mas antes de educação, da igualdade. Este é um balanço possível da realidade de dificuldades duma comunidade cuja origem não é a de um país qualquer, mas antes de um, que a bem ou a mal, acompanhou e foi forçado a pertencer durante mais de 400 anos em situação de submissão transformado em fornecedor de força produtiva no açúcar ou no ouro de Minas Gerais e Mato Grosso, da jóia portuguesa que foi o Brasil, como bem disse o Padre António Vieira quando afirmava que sem Angola não havia Pernambuco. Pois também não haveria as reservas de ouro actuais vindas do esforço diário nas minas do Transval. Duma comunidade que pertence a um país transformado na solução da migração portuguesa mais recente. Quem quer direitos iguais, tem de dar direitos iguais.

A esta realidade urge dar uma resposta positiva, que deve começar pela afirmação inequívoca da existência de um lugar na sociedade portuguesa para os descendentes de imigrantes não só angolanos mas de todos os antigos territórios portugueses. São parte inteira desta sociedade, da sua herança que também é sua. Nela devem desfrutar dos mesmos direitos e cumprir os mesmos deveres. Na educação, na formação profissional e no acesso ao emprego. No aumento das lutas pela igualdade dos géneros. No apoio à Terceira Idade. Na formação do trabalho e na igualdade da concessão do crédito.

Neste processo de afirmação positiva de um lugar para os descendentes de imigrantes na sociedade portuguesa, em que deve ser garantido o pleno acesso aos direitos sociais, importa não só pedir a cada cidadã /o nacional um comportamento cívico, como também reclamar particular responsabilidade junto daqueles que pelas funções de serviço ao bem comum, como os políticos e os jornalistas, e também dar a voz, enquanto protagonistas aos descendentes de imigrantes. Que seja uma evolução inovadora da estrutura social e em termos económicos; que seja uma oportunidade humilde para solidificar e pacificar em igualdade a sociedade portuguesa. Foi isso que nos propomos fazer com este trabalho de investigação.

Outro aspecto que constatamos nesta investigação, é a necessidade da integração dos jovens que chegam a Portugal em idade adulta e que nasceram no seio de famílias conservadoras nos seus valores, que se integram na sociedade portuguesa noutros níveis de

sociedade. A sua integração, assume diferentes parâmetros, dos daqueles que já nascem em Portugal, com origem em famílias desestruturadas.

Ultimamente muitas medidas avulsas têm sido tomadas mais em função dos perigos sociais representados pelos “negros” do que pelo desejo verdadeiro de igualdade social. O Estado apresenta-se de uma maneira muito contraditória neste campo. Não basta evocar a Constituição. Torna-se necessário introduzir neste quadro das comunidades emigrantes e não só africanas, a figura de uma autoridade adequada, independente, como a de um Provedor do Imigrante, com capacidade de poder observar, aconselhar e recomendar superiormente o equilíbrio social nesta área tão carenciada e desprotegida.

É preciso repensar também a sociedade, formatando a juventude desde muito cedo procedendo à sua integração não só “*de facto*” mas também “*de lege*” com medidas concretas. Apesar de toda a experiência, que Portugal pretende assumir neste campo, projectando uma imagem exterior quer histórica de “Pai Descobridor” da Globalização, de chave crucial e incontornável na “Abertura dos Mundos aos Mundos”, de “Janela da Europa”, verificamos que a ignorância do seu passado continua a ser a Madre Mestra das medidas de exclusão, ainda não tendo sido definitivamente saneada a fórmula jurídica do direito “*jus sanguinis*” que assumiu o carácter da lei da nacionalidade portuguesa contra a tradição tão portuguesa do “*jus solis*”.

O desenvolvimento desta parte dos descendentes angolanos deve passar por medidas concretas para o combate do insucesso e abandono escolar, e a qualificação objectiva dos adultos.

É preciso que nos meios de comunicação se possa passar a mensagem de que as diferenças quando existem são para serem ultrapassadas e de maneira alguma se tornarem no padrão da condenação. Deverão ser co-autores de um futuro comum, participando de pleno direito na política e na cultura, nas artes e na economia. Sem eles, Portugal será mais pobre. Com eles, ganharemos todos.

É a luta da Humanidade pela Humanidade.

Palavra chave: Comunidade Angolana, Inserção de Imigração, Minorias Étnicas,

Abstract:

Investigation was organized in three chapters.

The first chapter corresponds to the theoretical analysis of topics related to the insertion of immigrants and ethnic minorities essentially based on bibliographical analysis. On one side, we tried to introduce the more often adopted theoretical models by countries related to immigration and, on the other side, to identify the main types of factors that interfere in the process of adaptation of the immigrants to the shelter country. We proceeded, at last, with this particular theory with their descendants.

The second chapter analyses the politics of the immigration followed by Portugal and the national legislation related to immigrants and foreigners. This investigation privileged questions that are more directly linked to the studying group – the immigrants descendants and the ethnic minorities. We must point out that laws and politics related direct or indirectly to immigration and ethnic minorities developed by a study, reveal a lot about their theoretical position towards these subjects.

To legislative level we drew our special attention to the question of acquisition of Portuguese nationality and to the law of immigration, which relates to the regulation of entrance, residence and expulsion of foreigners.

It is also presented a short evolution of immigration politics in Portugal, having been exposed, with a lot of detail, some political measures that try to give contribution to support the adaptation of immigrants and ethnic minorities and their descendants, namely the creation of the High-Commissioner for Immigration and Intercultural Dialogue (ACIDI) since 2002; the processes of Foreigners Extraordinary Regulation in irregular situation and some measures to fight racism, discrimination and social exclusion.

Yet, the presentation of the main aspects of the Angolan Community living in Portugal, in which the group of the Angolan and Portuguese/Angolan descendants is integrated, is also emphasized. This also consists of one of the mentioned aspects in the first chapter as a mean of influence in the insertion of the individuals on study.

In the first chapter we proceed with a brief analysis of the evolution and characterization of the migratory flows to Portugal, focusing on the particular case of individuals of Angolan origin. To the characterization of the Angolan community, we used the available official data and completed this information with the gathered elements through the application of a survey to individuals of Angolan ethnic born in Portugal or brought to Portugal as children.

This investigation has the aim to show the high number of associations that work with the community and the variety of purposes and developed activities; we are going to introduce some of these associations and their location.

At last, we want firstly to analysis the results of the application of the survey mentioned above as well as the interviews made, to be able to characterize the group of Angolan descendants included in the pattern and secondly, to discuss, on a evaluation aspect, the insertion of these individuals and some of the causes that influence it.

Immigration in Portugal and the Angolan Community

ABSTRACT: The present investigation tries to rebuild and understand the process that rules the dynamics of identification of the Angolan community in Portugal and its profile in the integration. In all immigrants sheltering countries, the integration of their descendants is one of the biggest challenges to society, incomparably more complex than the integration of the first generation. While the “pioneers” are available to face all difficulties and have, as a reference, the most hostile conditions in their native country, their children, who haven’t faced the migratory process, mainly the hardships of their causes. The comparison we find is more of a interactive and interrelation analysis and allows to compare the information – namely the young ones who remain in the country – with the other ones native of the country where they live. And so, differences are, most of the times, quite notorious.

The social and economical conditions of their families, poorer than the medium average, throws themselves to the margins of social exclusion, with impact on housing, wealth and education. To this social and economical exclusion, we also have the discrimination based on origin, race, ethnics or nationality. The difference of opportunities is seen in several domains. It crosses their school course and challenges their projects in academic and professional ground in the future, making it harder to break down and overcome the professional universe of insertion in their countries and the building of courses of ascendant social mobility. Afterwards, we understand the difficult discrimination they experience in work and all the hostilities and prejudices they have to go through and the stereotypes that guide their employers. There are also a lot of European Portuguese who keep away from the Black People, denying them housing and work due to centuries of despise and aversion.

Portugal has already a long way to education and equality discovery and not the geographical and physical one. This is a possible balance of overcoming difficulties of a community whose origin is not some country, but one specific, which has on good and bad terms accompanied and was subdued for more than 400 years and forced to work as labour force in gold mines and sugar plantations in Minas Gerais and Mato Grosso, in Brazil,

the Portuguese jewel, as Father António Vieira so well put it, saying that without Angola there would be no Pernambuco. And so there would be no gold stocks at present either, if there was no daily labour in the Transvaal mines, coming from a community that belongs to a country transformed in the solution of the most recent Portuguese migration. The one who claims equal rights, must give equal rights.

We have noticed in this investigation the need of integration of young people who arrived to Portugal as adults and were born among conservative families and adapt themselves to the Portuguese society in other levels. Their integration has several aspects, specially those related to young people who were already born in Portugal of very unstable family origin.

In the last quarter of the century, the immigrant community in Portugal suffered a growing raise. In 1980, there were 50.000 foreigners living legally in Portugal and a decade later the foreign community exceeded 107.764 people. After the application of the Schengen Convention in 1995 and the subsequent alterations, the figures of immigration suffered a continuous and important growth in all the supporters' countries and there was a new reality – the massive inflow of citizens of European East origin. Consequently, in 2000 there were already 220.00 people in Portugal.

At present, in the European space and in a world which tends more and more to globalization, the migratory inflows of men and women have become a uncontrollable phenomenon. The development variations between countries resulted in very strong differences at economical development level, originating a bigger gap between rich and poor countries. On the other side, the demographic unbalance existing between rich and poor countries, with an aging population, and the poorer countries, having a younger population, craving for work and better living conditions, stressed the inflows. In this context, it really matters that Portugal associates with this effort, through the definition and execution of transparent politics, adopting definite and efficient solutions, instead of single transitory measures.

It is necessary to rethink society, forming young people as to integrate them later not only “*de facto*” but also “*de lege*” with effective measures. In spite of its experience on legal ground, Portugal tries to give a international and historical image of a country as “Father Discover” of Globalization, of

crucial and undeniable key in the “Opening of Worlds to Worlds”, of the “Window of Europe”, but we see that the ignorance of its past continues to be Mother Master of the exclusion measures, having not yet been solved the legal formula of “*jus sanguinis*” that has assumed the character of the Portuguese Nationality Law against the so Portuguese tradition of “*jus solis*”.

During the decade of 1950, the number of foreigners living in Portugal kept stable, balancing around 25.000 individuals. Most of those people were living in the country for a long time, connected to professional activities such as Porto wine trade, mining exploration, etc. In 1960, most of the 30.000 foreigners living in Portugal were European (67%) and Brazilian (22%). Among the first ones there were Spanish (40%) and the opening to exterior contacts (1959) and the economical development from the sixties onwards, brought more professional immigrants, namely German and English.

Among them, we must stress the courses of Portuguese immigrants and the Portuguese/Angolan descendants already inserted in the labour market (as we analysis mainly the individuals already integrated in the school system) and the cultural and identity question (in a publication of António Concorde Contador (2001) is dedicated to the study of black youth’s culture in Portugal, analyzing those young people as a whole, without making differences in their origins). Other important question is the fact that we study the immigrants’ social and cultural life, identifying other factors that influence the migratory process of those living in Portugal.

KEY WORDS: immigration in Portugal, Angolan Community, Integration of Young People who come to Portugal, courses of Portuguese Immigrants.

INDICE

INDICE	2
INTRODUÇÃO	4
CAPITULO I –	12
1. Da Imigração Angolana em Portugal -Conceitos	13
2. Apresentação da Imigração em Portugal	14
3. Evolução da população estrangeira em Portugal	17
4. Imigração Lusófona em Portugal e as Identidades cruzadas e rompidas	25
5. Imigrante Africano Negro e a Xenofobia	30
CAPITULO II -	42
6. A imigração angolana em Portugal	43
7. Dimensão da comunidade angolana	45
8. Distribuição geográfica da comunidade angolana	48
9. Características demográficas e económicas da comunidade angolana	51
10. Inserção dos descendentes de angolanos e sua localização	53
11. Os jovens e o ensino	58
12. Integração profissional dos descendentes de angolanos e de luso – angolanos	63
13. Identidade cultural juvenil e integração na comunidade de acolhimento	66
14. Condições da sociedade de acolhimento	69
15. Conclusão	70
BIBLIOGRAFIA	74

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Produto do Império Português, a Lusofonia é hoje um espaço pequeno se comparado com a imensidão dos sonhos que a fundaram. Mas mais do que uma herança, a Lusofonia tornou-se num desafio.

Numa época onde cada vez mais são visíveis os efeitos da globalização, os fluxos migratórios de homens e mulheres de uns países para outros assumem uma importância crescente no contexto europeu, e até mundial, a que Portugal, enquanto membro de pleno direito da União Europeia não ficou alheio.

No último quarto de século, a comunidade imigrante em Portugal sofreu um aumento crescente. De 50.000 estrangeiros residentes legalmente em 1980, uma década depois a comunidade estrangeira em Portugal ultrapassou as 107. 767 Pessoas. Após a entrada em vigor da convenção de aplicação do acordo de *Schengen*, em 1995, com as alterações daí resultantes, os números da imigração sofreram um crescimento contínuo e exponencial em todos os países signatários, surgindo uma nova realidade – o afluxo maciço de cidadãos do Leste Europeu. Em consequência destes factos, no ano 2000 já residiam em Portugal 220 000 pessoas.

No espaço actual europeu e num mundo que tende cada vez mais para a globalização como aquele em que vivemos, os fluxos migratórios de homens e mulheres tornam-se um fenómeno incontrolável. As variáveis de desenvolvimento entre os países resultaram em marcadas assimetrias ao nível do crescimento económico, aumentando a diferença entre países ricos e países pobres. Por outro lado, o desequilíbrio demográfico existente entre os países mais desenvolvidos, com uma população envelhecida, e os mais pobres, constituídos por uma população jovem, ávida de trabalho e de melhores condições de vida, acentuaram estes fluxos. Neste contexto, importa que Portugal se associe a este esforço, através de definição e execução de uma política transparente, adoptado soluções definitivas e estruturantes, ao invés de medidas avulsas e transitórias.

Para esta definição, importa compreender que qualquer política de imigração responsável passa pela recusa de modelos extremistas. Aceitando a inevitabilidade de imigração importa assegurar condições para que este fenómeno se processe em bases legais. É este o verdadeiro desafio da União Europeia e de cada estado membro – combater a imigração ilegal, a regulação legal é a integração social dos imigrantes constituem factores positivos para o progresso do País.

Na verdade, na era da globalização seria irrealista pretender implementar uma política de imigração zero, difícil de defender no plano dos princípios, mas tão ou mais irrealista seria adoptar uma política taxista, não regulamentada, que, inevitavelmente, geraria exclusão social dos próprios imigrantes e fora do limite do direito, como recentemente ocorreu em alguns países europeus.

Ao falarmos da “sociedade multicultural: entre iguais e diferentes” dando ênfase à África de Língua Oficial Portuguesa e a Portugal, verificando a sua miscigenação, como sociedades multiculturais onde se identificam e se confrontam legados culturais de origem diversa, de modo a reterem as identidades nacionais e a desenvolverem pelo contacto diário novas nuances marcadas pela ambivalência e pela ambiguidade de suas histórias e heranças culturais com as novas influências a que acabam por ser sujeitos. Num contexto histórico, rompe-se com a ideia de que Portugal e a África em questão (os PALOP) sejam países irmãos e entra em questão uma “identidade portuguesa” transatlântica do passado com a identidade portuguesa do presente, voltada para Europa e seu centro. Com os processos migratórios dos Países Africanos de Língua Portuguesa, manifestam-se contradições e conflitos emergentes deste processo de modernização da sociedade portuguesa, posto que os Africanos são necessários, mas não desejados como sujeitos do mundo português. Portugal não é o “seu lugar”, já que são vistos como “estrangeiros” e trabalhadores temporários, que, como tal, devem retomar ao seu lugar de origem. A emigração, porém, transmuta-se em imigração não temporária, mas permanente, e aqui eclodem os processos de discriminação, racismo e xenofobia, que questionam a propalada homogeneidade de Portugal, as identidades cruzadas constituídas ao longo da história e as transformam em identidades rompidas no tempo presente. Os africanos e seus descendentes, bem como suas vidas, transformam-se então em “problemas sociais” a serem solucionados, por meio das políticas sociais.

Mas a história migratória de Portugal não se faz só de emigrantes, mas também de imigrantes. Ao contrário do que é costume afirmar-se, Portugal tem sido ao longo da sua história porta de entrada contínua e frequente de imigrantes que para aqui vêm, umas vezes voluntariamente quer à procura de melhores condições de vida quer a pedido do Estado para aqui desenvolverem actividades inovadoras que o país carecia, outras involuntariamente para suprirem a mão-de-obra que nele escasseava. No período da Reconquista muitos cruzados estabeleceram-se em Portugal e o próprio pai de D. Afonso Henrique era também de origem da Borgonha. No período dos descobrimentos (séculos XV-XVI), Lisboa fervilhava de estrangeiros. A partir daí Portugal funcionou como a “Janela “ da Europa, terra de fronteira e de passagem para um Mundo Novo e para a Velha Europa. Flamengos, alemães e itálicos acompanharam as expedições portuguesas. Algo semelhante ocorreu no século XVIII. Na primeira metade do século XX, em dois momentos o país recebeu milhares de estrangeiros, tendo muitos aqui

fixados residência definitiva (ex. Calouste Gulbenkian) ou apenas temporária (ex. Ortega y Gasset). O primeiro foi nos anos trinta, durante a Guerra Civil de Espanha (1936-1939), e o segundo durante a 2ª Guerra Mundial (1939-1945).

Durante a década de 1950 o número de estrangeiros residentes, manteve-se estável, oscilando à volta dos 25.000 indivíduos. Na sua maioria residiam no país há muito tempo, ligados a importantes actividades como o comércio do vinho do Porto, exploração mineira, etc.. Em 1960, a maioria dos cerca de 30 mil estrangeiros eram europeus (67%) e brasileiros (22%). Entre os primeiros destacavam-se os espanhóis (40%), a abertura em relação ao exterior (1959), e o desenvolvimento económico a partir dos anos 60, traduzem-se num aumento dos imigrantes profissionais, nomeadamente alemães e ingleses.

No princípio da década de 70, devido à escassez de mão-de-obra, mas sobretudo devido à seca de anos no arquipélago de Cabo Verde, o Estado fomenta ondas de emigração para Angola, Estados Unidos e principalmente para a área metropolitana de Lisboa. Após o 25 de Abril de 1974, com a independência das colónias, dá-se um brusco aumento da imigração das mesmas, acentuada pelos conflitos militares que nelas continuam a ocorrer. Processa-se então uma alteração significativa na percentagem e composição da imigração. A cota da população estrangeira passa de 0,33% em 1960 (29.429 indivíduos) para 1,10% em 1981 (108.526). O maior aumento ficou a dever-se à imigração de origem africana. Em 1960 constituía 1,5% dos estrangeiros, mas em 1981 atingia já os 44%. A entrada de Portugal na CEE em 1 de Janeiro de 1986, provocou um natural aumento do número de estrangeiros ligados a actividades económicas, mas estimula também a vinda de um número crescente de imigrantes, não apenas dos países lusófonos, mas também de outros europeus e norte-americanos (EUA, Canadá, etc). No final de Abril de 2002, estavam registados em Portugal 389 mil imigrantes, dos quais 91 mil oriundos dos países do Leste europeu. Calcula-se que o número de imigrantes ilegais seja superior a 100 mil, na sua maior parte cidadãos da Moldávia, Ucrânia, Rússia e Roménia, mas também de países de expressão oficial portuguesa¹.

As guerras locais pós – independências acentuaram os processos com intensas migrações rurais – urbanas, obrigando todos e cada um a «compreender e utilizar a língua [portuguesa] por meio de leis coercivas do estado - policia. Assim, consolidam – se na diversidade culturais elementos culturais extra - africanos sem correspondência nas línguas nacionais» (Graça, 1997; p.75), expressão linguística que percorre os países como é o caso da Guiné – Bissau, Cabo - Verde e São Tomé e Príncipe, cruzando a cultura particular de cada grupo étnico e a cultura portuguesa em meio e contextos, situações históricas de que fazem parte Abdala Jr. (1985) O objecto da

¹ Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Relatório de informação, fronteiras e asilo, SEF Lisboa, 2008.

assimilação e adaptação da língua portuguesa apresenta-se e particulariza-se em cada uma das ex-colónias, pois o português continua a ser a língua oficial desses países.

Não será muito diferente em Angola e Moçambique, onde perante um universo de línguas locais os seus Governos intensificaram a imposição do ensino do Português como língua oficial como factor decisivo de unidade nacional, encontra-se em Angola nove grandes agrupamentos de línguas nacionais, que se subdividem em muitas outras de pequenos grupos étnicos, mas a maioria é bilingue. Há nesse caso, mais oito línguas nacionais, além do português, e umas variantes que correspondem aos muitos grupos étnicos.

A questão da língua encontra-se, portanto, associada à questão racial e étnica dos grupos, apresentando particularidades culturais, alvo de positivities e negatividades, que, por vezes, desencadeiam processos de discriminação e racismo no interior da própria África. O multilinguismo, universo em que o bilinguismo se enquadra, revela um continente de processos identitário múltiplos e complexos, com muitas clivagens e divisões.

Em termos de conclusão, a integração e a fragmentação são uma constante dessas realidades históricas e encontrarão na globalização do final do século XX novos elementos de exacerbação ou não dessas características, conforme se articulam os interesses sobre África e sobre suas gentes, no tocante à produção e reprodução das diversidades e das desigualdades que indivíduos e grupos portam como marcas indeléveis. Como diz Lanni (1996, p. 16), «abalam – se os quadros sociais e mentais de referências, multiplicando-se os dilemas e as perspectivas, afectando praticas e convicções, hábitos e ilusões».

Munanga (1986, p. 24), afirma que na estrutura colonial o «bilinguismo é necessário, pois, munido apenas da sua própria língua, o negro torna-se estrangeiro dentro da sua própria terra. No entanto, ele cria novos problemas, pois o domínio de duas línguas não será somente equivalente à de dois instrumentos. Participa-se de dois reinos psíquicos e culturais distintos e conflitantes». Vive um drama linguístico, o de ter de dominar a língua do colonizador, que nada representa, mas que o faz «existir na cidade e no mundo», «nutrida por sensações, paixões e sonhos», aquela que contém «a carga afectiva», que, no dizer de Munanga, diz de si e diz de seu grupo e lugar. Não por acaso que, na condição de imigrantes ou filhos de imigrantes, já em Portugal, crianças e jovens afrontam os professores portugueses em sala de aula, falando propositamente o crioulo, que eles não entendem. Da mesma forma que o fazem quando circulam em grupos pelas ruas de grandes centros urbanos, marcando diferença por aquilo que são. Como diz H. Martins (1997: 227) “nos contextos de rua [...] por viverem em mundos sociais onde imperam formas diversas de pobreza económica, social e educativa [...] jovens negros [recorrem] a estratégias de afirmação cultural que passam, entre outras manifestações, pela criação de linguagens própria», o calão, o crioulo, «bem como [passam pelas] culturas que lhes dão forma [...] nos interstícios da sociedade portuguesa».

Muitos imigrantes africanos negros, dos países Lusófonos bem como seus filhos (1^{as} e 2^{as} gerações), vivem e crescem entre o legado paterno das suas heranças africanas singulares e a aprendizagem do mundo exterior. Serão esses mesmos grupos ou seus descendentes, gerações nascidas mais recentemente, que se farão emigrantes para uma terra sempre presente em suas vidas, Portugal. Vêm, assim, a terra portuguesa como terra sua, da qual fazem parte, e entendem que em alguma medida a ela pertencem.

O paradoxo dessa situação é a parte da ambivalência cultural que caracteriza a integração entre legado colonial e a herança africana dos países Lusófonos. «Uma convivência não isenta de conflitos que [...] são, afinal, o rosto desfigurado de nossa multiculturalidade mal aceite» (Graça, 1997: 79).

Mal aceite por Portugal e pelos portugueses, em particular nos nossos dias, pois entre o ontem e o hoje, as relações de Portugal com a África Lusófona envolvem as muitas realidades de grupos e indivíduos, de modo dinâmico e em permanente processo de reinvenção de si mesmos. Proceder ao reconhecimento de tal processo permite identificar fórmulas de pensamento, que se apoiam no isolamento, na tradição e em processos de ambivalência cultural que se colocam ao português chamado branco seja ele africano ou europeu. Este trabalho pretende, ser um contributo para um melhor conhecimento deste grupo de pessoas. Genericamente, debruça-se sobre a temática de inserção de imigrantes angolanos centrando-se mais concretamente nos processos de inserção de um grupo específico – os imigrantes africanos e seus descendentes.

Vamos centrar o estudo nos filhos de imigrantes oriundos de Angola, pois esta comunidade possui uma dimensão e presença em Portugal que garante a existência de um grupo de descendentes vasto e diversificado, reunindo assim as condições necessárias para que seja objecto de um estudo desta natureza. Paradoxalmente, a comunidade angolana mantém – se pouco estudada, tendo – lhe sido dedicados poucos estudos, nenhum dos quais relativos aos seus descendentes, o que tornou este trabalho um desafio ainda mais estimulante.

Ainda, importa frisar que os lusos - angolanos constituíram a base para a consolidação dos fluxos de imigração de Angola para Portugal e, para a formação da comunidade angolana residente em Portugal pelo que não faria sentido deixá-los de fora de um estudo que é dedicado aos descendentes dessa mesma comunidade.

Como primeiro objectivo pretendeu-se realizar um trabalho que oferecesse alguns contributos para o estudo da temática da inserção e integração de descendentes de imigrantes na sociedade portuguesa, particularizando-se o caso da comunidade angolana. Apesar de se considerar ter atingido esse objectivo, o estudo desta questão não se esgotou aqui, sendo vários os caminhos deixados em aberto que serão certamente objecto de futuras investigações.

Entre eles destacamos o aprofundamento da questão dos percursos dos imigrantes Lusófonos e de descendentes e de luso-angolanos já inseridos no mercado de trabalho (uma vez que

analisamos essencialmente indivíduos ainda integrados no sistema de ensino) e a questão da cultura e da identidade (uma publicação de António Concorde Contador (2001) é dedicada ao estudo da cultura dos jovens negros em Portugal, analisando estes jovens como um todo, sem diferenciar origens). Outra questão importante foi o facto de estudarmos a realidade social, cultural da vida dos imigrantes, identificando outros factores com influência no processo migratório residente em Portugal.

METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

A investigação foi organizada em três capítulos.

O primeiro capítulo corresponde à análise teórica da temática da inserção dos imigrantes e das minorias étnicas essencialmente com base numa análise bibliográfica. Procurou-se, por um lado, apresentar os modelos teóricos mais frequentemente adoptados pelos Estados face à imigração e, por outro, identificar os principais tipos de factores que intervêm no processo de adaptação dos imigrantes ao país de acolhimento. Procedeu-se, por fim, a uma particularização desta teoria ao caso dos seus descendentes.

No segundo capítulo analisa-se a política de imigração seguidas por Portugal e a legislação nacional relativa a imigrantes e estrangeiros. Esta investigação privilegiou questões que mais directamente estão ligadas com o grupo em estudo - os descendentes de imigrantes e as minorias étnicas. É de referir que a legislação e as políticas, directa ou indirectamente relacionadas com a imigração e minorias étnicas, desenvolvidas por um estudo revelam muito sobre o seu posicionamento teórico face a estas matérias.

Ao nível legislativo prestou-se especial atenção à questão da aquisição da nacionalidade portuguesa e à lei da imigração ou seja à regulação da entrada, residência e expulsão de estrangeiros.

É também apresentada uma breve evolução da política de imigração em Portugal, tendo sido expostas, com maior pormenor, algumas medidas políticas que procuram contribuir para apoiar a adaptação dos imigrantes e minorias étnicas e seus descendentes, nomeadamente a criação do Alto-Comissário para Imigração e Dialogo Intercultural (ACIDI), desde de 2002, os processos de Regularização Extraordinária de Estrangeiros em situação irregular e algumas medidas de combate ao racismo e discriminação e à exclusão social.

Ainda, a apresentação das principais características da Comunidade angolana residente em Portugal, na qual o grupo de descendentes de angolanos e luso - angolanos

está integrada. Este consiste também num dos aspectos identificados no primeiro capítulo como um vector com influência na inserção dos indivíduos em estudo.

No primeiro capítulo procede-se a uma breve análise da evolução e caracterização dos fluxos migratórios para Portugal, deslocando em seguida o foco de análise para o caso particular dos indivíduos de origem angolana. Para a caracterização da Comunidade angolana recorreu-se aos dados oficiais disponíveis e complementou-se esta informação com elementos recolhidos através da aplicação de um questionário a indivíduos de etnia angolana nascidos em Portugal ou trazidos para Portugal em criança.

Esta Investigação tem como objectivo mostrar também o elevado número de associações que trabalham com a comunidade e a variedade de objectivos e actividades desenvolvidas, vamos apresentar algumas destas associações e sua localização.

Por fim, procede-se através da análise dos resultados da aplicação do inquérito acima referido e das entrevistas realizadas, por um lado, caracterizar o grupo de descendentes de angolanos abrangidos na amostra e, por outro, discutir numa óptica de avaliação, a inserção destes indivíduos e alguns dos factores que influencia.

CAPÍTULO I

1. Da imigração Angolana em Portugal - Conceitos

“Quem não viaja vai casar com a própria irmã”. Este é um ditado africano que se refere aos que ficam presos à sua aldeia natal e que não sentem a necessidade de aprender e descobrir outras realidades. Embora o seu sentido não seja literal, a expressão refere-se, na realidade, às dificuldades sentidas, por quem não tem outras referências, senão aquelas que lhe são proporcionadas, pela fronteira dos limites do que já conhece. A África, que presentemente é considerada como o berço da humanidade, tem uma história construída por gente que se move, feita por migrações constantes de povos, consequências do condicionamento do meio ambiente, procurando fontes de alimentação, seguindo as grandes manadas de animais selvagens ou já enquadrados na pastorícia, procurando novos pastos para os seus rebanhos de gado.

Refugiados económicos sugerem a ideia de que os não-europeus que procuram fixar residência na Europa não têm outra razão senão a fuga às más condições de vida nos seus países de origem. É uma atitude tipicamente europeia, sobretudo quando tomamos em consideração o facto de que desde o século XV que a história de África é determinada por refugiados económicos europeus. Fuga de cérebros é apenas um erro de argumentação. Parte-se do princípio algo enigmático segundo o qual se os africanos formados que vivem além fronteiras tivessem ficado nos seus países de origem teriam sido melhor aproveitados. O atraso africano não se deve apenas à falta de quadros; é também devido ao mau aproveitamento dos quadros existentes.

Mas o estudo da presença angolana mais recente em Portugal não deve significar o apagamento nos registos da memória ou reclamação de Justiça ou facilitar da existência «obrigada» de centenas de milhar de escravos africanos, sobretudo negros, do seu sangue, suor e lágrimas, do seu trabalho, do seu destino, e da presença tantas vezes ainda hoje escondida, abafada, reflexo das suas consequências, hoje ainda intrinsecamente imbricadas e presentes nos hábitos e nos critérios da sociedade portuguesa.

A palavra *diáspora* vem-nos dos antigos gregos, para os quais “diáspora” (dispersão, ou semear) estava associado a ideias de migração e colonização na Ásia Menor e no Mediterrâneo na Antiguidade, de 800 a 600 a.C. Na tradução grega alexandrina da Septuaginta (Deuteronomio 28:25) a palavra designava a dispersão dos judeus exilados da Palestina depois da conquista babilónica e da destruição do Templo no ano de 586 A.C. como uma maldição: “Serás disperso por todos os reinos da terra”. Assim, a conotação inicialmente positiva das sociedades que se disseminavam através e entre diferentes geografias políticas e culturais transformou-se num termo de opressão e de vitimização, em que o Eu é confinado dentro do território do outro.

Na época contemporânea, o termo tem dado azo a alguma vulgarização e tem sido usado como auto-descritivo pelas comunidades no exterior de arménios, de palestinos, de irlandeses e de outros. No caso das comunidades africanas do Norte do Novo Mundo forçadas à deslocação pelo tráfico escravagista, elas tem procurado uma justificação para as suas dificuldades numa mística religiosa cristã com uma similitude da invocação bíblica no exílio da Babilónia, o significado para Ocidente ou América, como a terra do cativo, da corrupção moral e da alienação. É característico de muitas, mas não de todas as comunidades em diáspora a existência de uma história comum de expulsão violenta de uma terra-mãe, uma projecção histórica de pureza e de intemporalidade sobre a terra-mãe, sonhos de reatar com a terra-mãe e de lá regressar, um esforço colectivo de assimilação no seio de culturas hostis, e marginalização, muitas vezes prolongando-se por gerações, com base em alegadas diferenças étnicas, religiosas ou raciais na nova pátria.

Para muitos, a experiência comum de marginalização na nova pátria sobrepõe-se a qualquer experiência de ligação à terra-mãe. Para alguns ser tratado como sendo “outro” no interior é talvez o aspecto mais forte da identidade comum onde assenta a construção de uma ideia de comunidade. Como Clifford observa: “As diásporas são muitas vezes delimitadas e definidas contra as normas das nações - estado”. No rastro de Paul Gilroy, defende que o discurso da diáspora constrói “esferas públicas alternativas, formas de consciência e de solidariedade comunitária, que mantêm a identificação fora do espaço/tempo nacional de modo a viver no interior, com uma diferença”. No contexto particular daquilo que Gilroy chama o “Atlântico negro”, ligando a África à América do Norte, às Caraíbas, o termo “diáspora” transforma-se num símbolo de “lutas políticas para definir a comunidade local, como comunidade distinta, em contextos históricos de deslocação”.

2. Apresentação da emigração em Portugal

A área da imigração, em Portugal, o ano de 2007, ficou marcado pela entrada em vigor do novo regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros (Lei 23/2007, de 4 de Julho) e pela Presidência Portuguesa da União Europeia, no segundo semestre de 2007, onde a Imigração e a integração dos Novos Estados – Membros no Espaço Schengen constituíram duas prioridades da Presidência. Neste quadro não pode escamotear-se o papel desempenhado pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) na prossecução do programa da Presidência no domínio da “Justiça e Assuntos Internos”, nomeadamente ao nível dos Grupos de Trabalho do Conselho.

É inquestionável a complexidade dos processos migratórios actuais, envolvendo aspectos tão diversos como a globalização, o envelhecimento populacional, a segurança e o terrorismo, o respeito pelos direitos humanos, a luta contra o tráfico de pessoas ou a ajuda ao

desenvolvimento e à democracia nos países de origem e a situação económica do país de abrigo. Este contexto exige, pois, uma abordagem global, equilibrada e atenta aos sinais de uma realidade em constante mutação. Nesse sentido, a actual política de imigração estrutura-se em torno de quatro grandes eixos: regulação dos fluxos migratórios, promoção da imigração legal, luta contra a imigração clandestina e integração dos imigrantes.

Na concretização da sua missão legal de execução da política de imigração e asilo o SEF intervém directamente na concretização de boa parte dos dois primeiros supra mencionados eixos. Tão - pouco não se poderá ignorar o contributo da actuação do SEF no contexto da integração dos imigrantes na Sociedade de acolhimento, em particular na gestão da imigração legal e na área documental, com tutela dos seus direitos fundamentais, com o combate à criminalidade direccionada aos imigrantes, bem como no diálogo e interacção com todos os restantes intervenientes no processo migratório. Nesse sentido, afigura-se que a acção desenvolvida neste período concorre decisivamente para este efeito.

Numa perspectiva histórica, constata-se que no século XX, sobretudo a partir da década de 60, os espaços portugueses europeu e insular foram a porta de saída de centenas de milhares de cidadãos nacionais, com destinos diversos como a Europa, África, Américas com alguma ênfase para as então denominadas províncias ultramarinas, com as quais os fluxos migratório registavam um saldo negativo. Este fenómeno altera-se com a revolução de 1974 e a subsequente independência dos actuais países africanos da língua oficial Portuguesa.

Até 2007 o contingente geral dos originários do Palop regista um aumento generalizado só ultrapassado pelo do Brasil.

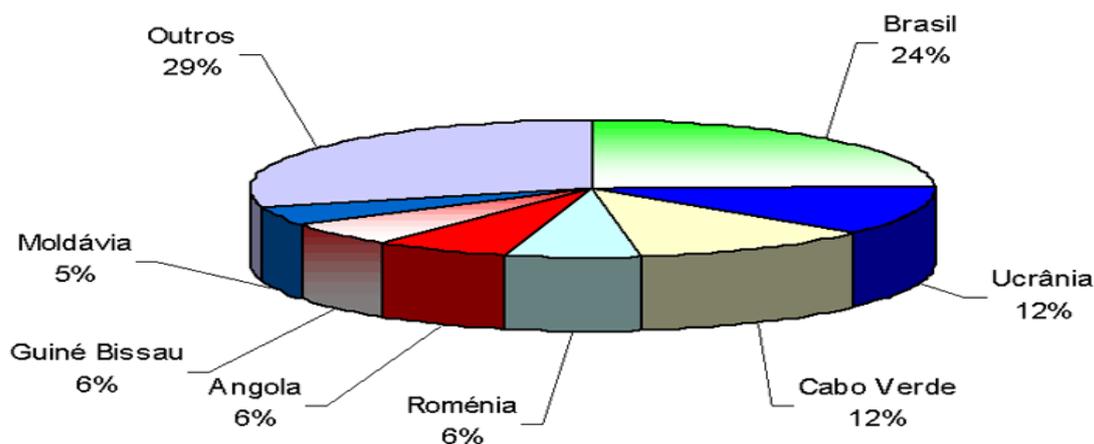


Fig 1 PRINCIPAIS NACIONALIDADES²

² “Enquadramento técnico-estatístico”, Secção 3, Capítulo 1, Parte I., Rifa 2008 parte 1, pp. 28

Angola ocupa a posição subsequente, com 27 619 residentes, seguida da Guiné-Bissau, com 24 391 residentes, representando, em ambos os casos, um valor percentual de 6% do universo dos residentes. No entanto, face a 2007, Angola regista uma descida (32 728 em 2007) e a Guiné-Bissau uma pequena subida (23 733 em 2007).

No início da década de 80, este processo gera um aumento exponencial e atípico do número de estrangeiros residentes em Portugal³ devendo assinalar-se que muitos dos cidadãos agora com estatuto de “estrangeiro”, tinham sido, anteriormente, cidadãos portugueses. O exemplo mais significativo é o da comunidade cabo-verdiana residente, a qual, aliás, continua actualmente a deter grande predomínio quantitativo entre as comunidades estrangeiras em Portugal. Os anos 90 caracterizam-se pela consolidação e crescimento da população residente em Portugal com destaque para as comunidades oriundas dos países africanos Lusófonos. Com o limiar do novo século surgem os fluxos do leste europeu, com destaque para a Ucrânia e assiste-se ao crescimento da comunidade brasileira.

Numa perspectiva técnica e para efeitos estritamente estatísticos em 2007 recorreu-se a um conceito abrangente de estrangeiro residente em Portugal. Neste universo englobam-se os estrangeiros detentores de título de residência⁴, os detentores de prorrogação de autorização de permanência e os estrangeiros portadores de prorrogação de permanência de longa duração⁵. Através desta abordagem consegue-se atingir, de forma tão fidedigna quanto possível, o quantitativo de cidadãos estrangeiros que permanecem regularmente em território nacional. Deve chamar-se a atenção para o facto de a composição daquele universo ter sido alterada por via da uniformização dos títulos que habilitam os estrangeiros a residir em Portugal⁶, de acordo com a Lei 23/2007/77 de 4 de Julho. A uniformização de estatutos operada por esta lei permitirá, uma visão mais linear da comunidade estrangeira residente em Portugal. A fonte privilegiada continua a ser a base de dados específica (INE/SEF)⁸ que procede à recolha de dados estatísticos da população estrangeira com estatuto legal de residente. Desta base são extraídos os dados relativos à população estrangeira que num determinado ano de referência solicitou um título de residência (TR).

³ A expressão “estrangeiros residentes” é aqui utilizada na acessão de estrangeiros com permanência regular de longa duração em território português.

⁴ Nos termos do conceito legal.

⁵ Prorrogação de vistos de trabalho, estada temporária e estudo. Este universo não inclui os estrangeiros a quem nesse ano foi concedido um visto consular, cuja prorrogação (pelo SEF), em regra, apenas ocorrerá no ano seguinte.

⁶ Desde Julho de 2007 e para os anos seguintes.

⁷ Medidas legislativas.

⁸ Base de dados INESEF.

3. Evolução da população estrangeira em Portugal

A análise da evolução da população estrangeira em Portugal não pode ser dissociada das alterações legislativas ocorridas nos períodos em referência. Assim, verifica-se que os picos positivos estão directamente associados às alterações legislativas que, em igual período, permitiram a regularização de cidadãos estrangeiros. Este facto é claramente visível nos números absolutos e respectivas percentagens apresentadas na secção

Cidadãos estrangeiros com permanência regular em território nacional

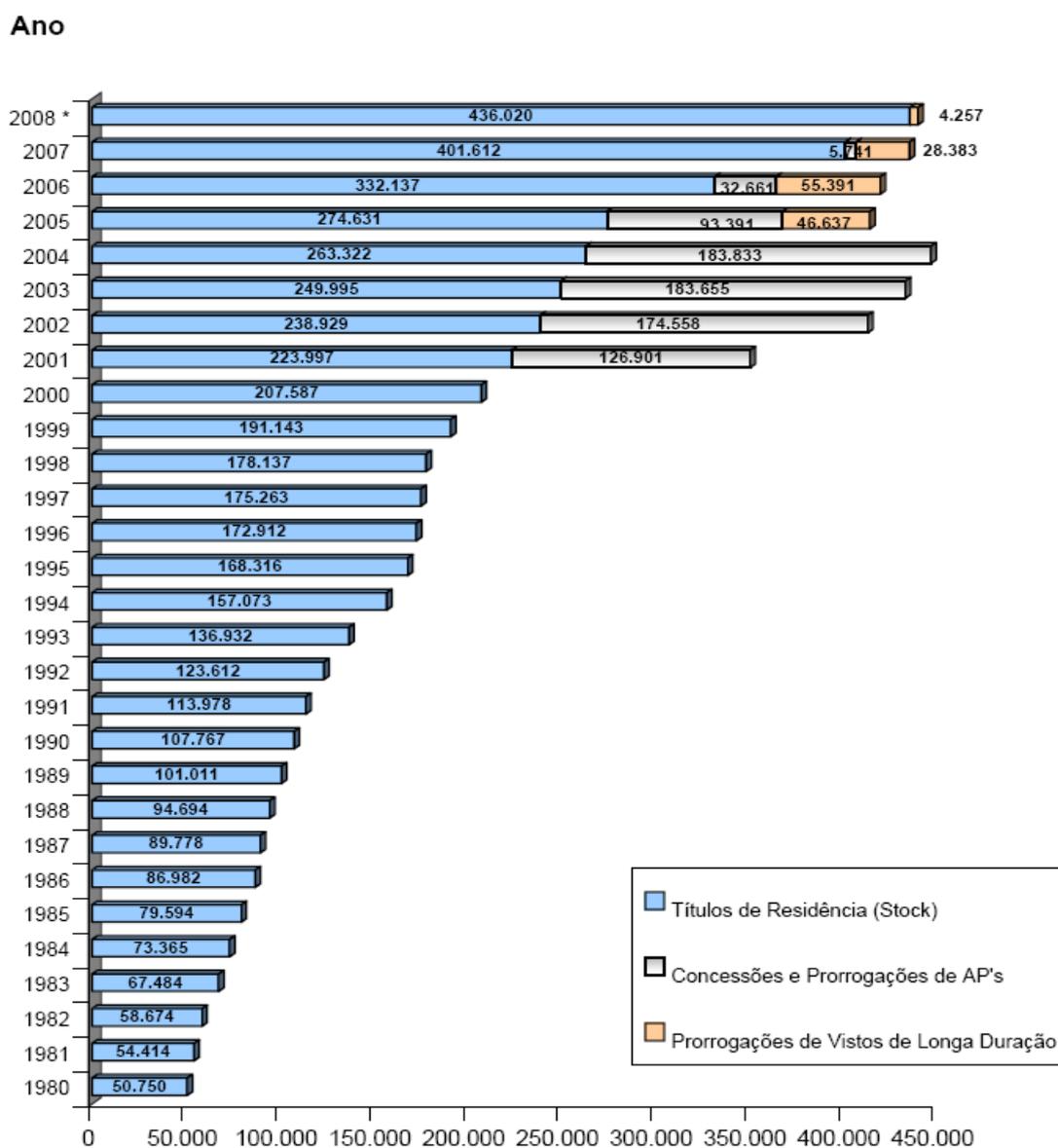


Fig.ª 2: Cidadãos estrangeiros com permanência regular em território nacional. Evolução Global de 1980 a 2008 (“Enquadramento técnico-estatístico”, Secção 3, Capítulo 1, Parte I., Rifa 2008 parte 1, pp. 28).

Na evolução da população⁹ é possível constatar que:

- A Regularização Extraordinária de 1992 traduziu-se na emissão de títulos de residência, nos termos da lei geral, nos anos de 93 e 94, dando origem a um crescimento da população estrangeira, que passa de uma média anual de cerca de 5%, para 8 e 10%, respectivamente.
- A Regularização Extraordinária de 1996 produziu os seus efeitos nos anos de 1999 e 2000, com um aumento da população estrangeira residente entre os 7 e 8%, por via da emissão de títulos de residência.

FIG.ª 3: POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL POR NACIONALIDADE, SEGUNDO O SEXO E POR DISTRITOS (“Enquadramento técnico-estatístico”, Secção 3, Capítulo 1, Parte I., Rifa 2008 parte 1, pp. 28)

2008			
Proveniência	HM	H	M
Total	440277	230555	209722
Europeus	166427	91554	74873
UE	84727	45690	39037
Africa	122476	66511	60965
América	116071	53828	62243
Ásia	28588	17743	10845
Oceânia	270	127	143
Total CPLP	225398	109519	115979
Angola	27519	13703	13916
Brasil	106961	49467	57494
Cabo Verde	51353	24618	26735
Guiné-Bissau	24390	14928	9462
Moçambique	3372	1444	1928
S. Tomé e Príncipe	11726	5325	6401
Timor	77	34	43

Em 2001, a alteração da lei de estrangeiros¹⁰ permitiu a regularização de trabalhadores estrangeiros por conta de outrem, através da figura da autorização de permanência (AP), a qual, decorridos cinco anos, facultava o acesso à autorização de residência. Neste processo, evidenciam-se, pela primeira vez, os imigrantes provenientes da Europa Central e Oriental (cerca de 101 000 de entre as 183 000 APs concedidas), com destaque para os cidadãos

⁹ Os dados referentes aos anos 2006 e 2007 são provisórios, sendo que, existe um período de rectificação até à apresentação final dos dados definitivos, nunca inferior, a um ano após o período de referência.

¹⁰ Lei nº17/96, de 24 de Maio, que permitiu a emissão de um título provisório anual, renovado pelo período de três anos.

ucranianos, com um total de 65 000 concessões. Relativamente aos anos de 2002, 2003 e 2004, apresentam-se os valores cumulativos das autorizações de residência e autorizações de permanência concedidas. Conforme se constata nos dados referentes aos anos de 2005 e de 2006, o quantitativo de autorizações de permanência prorrogadas decresce substancialmente face ao número das inicialmente concedidas, mesmo tendo em conta que alguns dos seus titulares terão beneficiado de outros regimes previstos na lei n.º 17 ou, eventualmente, regressado aos países de origem.

À luz do que foi referido e para efeitos de análise estatística, o ano de 2007 deve qualificar-se como um ano de transição, face à entrada em vigor da nova lei de imigração (Lei 23/2007). Neste contexto, assume especial significado o efeito das disposições transitórias desta lei (cf. art. 217º da mesma lei), através da qual os portadores de vistos e prorrogações de longa duração e autorizações de permanência beneficiarão, no termo da validade dos respectivos títulos, de autorizações de residência temporárias ou permanentes. De um modo geral, assiste-se à agilização dos procedimentos para concessão de título de residência, passando este a englobar várias categorias, de acordo com o motivo que justificou a sua concessão (e não a desagregação por tipologia de visto, tal como vigorava na legislação anterior). Assim, no ano de 2007 assiste-se a um substancial decréscimo nos valores relativos a prorrogações de permanência, ocorridas até ao mês de Agosto inclusive. Em paralelo, regista-se um forte incremento nos títulos de residência, provocado pela conversão das autorizações de permanência (já verificado no ano de 2006), pela conversão das prorrogações de vistos de longa duração em títulos de residência e ainda as emissões ao abrigo do regime excepcional previsto no art. 88º, nº 2 da nova lei de imigração.

Por outro lado, a análise evolutiva da população estrangeira em Portugal, terá que atender à natureza dos diferentes títulos habilitantes da permanência de longa duração e às características da respectiva população. Neste contexto, sublinha-se que os valores negativos registados em 2005 se reportam exclusivamente ao universo das autorizações de permanência, sendo certo que esta população sempre revelou características mais volúveis quanto à sua permanência em Portugal do que os beneficiários dos demais títulos, nomeadamente autorizações de residência, cujo quantitativo registou um aumento constante ao longo do tempo. Na verdade, os beneficiários de autorizações de permanência (equiparadas a um visto de trabalho) constituíam uma população mais flutuante, com vínculos menos consolidados no país de acolhimento, revelando até, por vezes, características de imigração temporária, cuja motivação é a permanência no país de destino por um lapso temporal limitado, retornando ao país de origem, após o aforro de algum capital. Já as prorrogações de permanência, maioritariamente associadas a portadores de vistos de trabalho, apresentam uma descida significativa, face ao ano anterior (cerca de menos 41%). Neste contexto há ainda que referir

que outras situações equiparadas, tais como o “pré-registo” de cidadãos estrangeiros, nos termos do art. 71º do Decreto Regulamentar n.º 6/2004 de 26, de Abril, e os cidadãos brasileiros que beneficiaram do regime excepcional previsto no “Acordo Luso-Brasileiro sobre contratação recíproca de nacionais” (Acordo Lula), que no ano anterior registaram um impacto mais significativo. Do mesmo modo, as prorrogações de Autorizações de Permanência tornaram-se praticamente residuais, com uma quebra em cerca de menos 79.8%.

Acompanhando a linha evolutiva dos dados relativos ao stock de títulos de residência (barras azuis no gráfico 2), verifica-se uma evolução positiva, equilibrada e gradual, sem prejuízo de um aumento abrupto verificado nos anos de 2006/2007. Nestes dois anos o número de pedidos de títulos de residência rondou valores na ordem, de respectivamente 50 e 60 mil, contrastando com os anos de 2000 a 2005, em que o número destes pedidos nunca ultrapassou os 20 milhares/ano. No início dos anos 90, a imagem de Portugal no contexto migratório, manteve-se quase exclusivamente ligado ao fenómeno emigratório ou, quanto muito, ao processo de retorno de emigrantes¹¹ ou à descolonização e associada à vinda para Portugal de ex-residentes nos países Lusófonos, tal focalização na emigração, detectável por exemplo na escassez de produção científica sobre imigração anterior à década de 90, reflectiu-se igualmente na despreocupação política com os imigrantes e minorias étnicas, já discutida anteriormente.

É correcto afirmar que a emigração, desde sempre presente na sociedade portuguesa, continua a ter um grande peso, embora se detectem algumas alterações nas suas características, nomeadamente o aumento das “lógicas de sazonalidade e de circulação migratória” (Baganha; Ferrão; [coord.]; 2002). No entanto, não se pode também deixar de reconhecer que aos fluxos de saída se vêm juntando significativos movimentos de entrada no País, contribuindo para que as comunidades de estrangeiros e minorias étnicas instaladas em Portugal (e nos restantes países da Europa do Sul) progressivamente ganhem importância¹².

A emergência do fenómeno da imigração ficou a dever-se, para além das razões nos países de origem que impulsionam as saídas desses territórios, ao desenvolvimento de Portugal após a adesão à União Europeia, a 1 de Janeiro de 1986, e conseqüente acesso a fundos estruturais comunitários. Por assim dizendo, a manutenção dos fluxos emigratórios portugueses para Europa Ocidental e a elevação do nível de vida, com reflexos no prolongamento da escolaridade e na criação de expectativas profissionais mais elevadas, implicaram alterações na disponibilidade da mão-de-obra nacional e a criação de oportunidade de emprego para os trabalhadores migrantes [Ferreira; Rato; 2000].

¹¹ Intimamente relacionado com a crise do petróleo dos anos 70 e as restrições impostas pela Europa Ocidental à entrada de mão-de-obra, tradicionalmente proveniente da Europa do Sul, mais pobre [Fonseca, 1997].

¹² Com efeito, são os países da Europa do Sul que apresentam as maiores taxas de crescimento da imigração no contexto da União Europeia, o que, mesmo tendo em conta o facto de terem partido de universos de imigrantes bastante reduzidos, não deixa de ser significativo [Machado; 1997].

A estes factores aliam-se ainda outros, como sejam:

- A existência de laços culturais, linguísticos e institucionais com os principais países geradores das migrações, resultantes de relações coloniais;
- O estabelecimento de redes de solidariedade que suportam a chegada de novos imigrantes;

E uma entrada mais facilitada do que nos países europeus do Norte e Centro, que fortaleceram as restrições à entrada nos respectivos territórios. Este facto conduziu à formação da tese de que o Sul da Europa se tornou na “nova porta de entrada” das migrações para a Europa Comunitária [Robin; 1994, citado por Machado; 1997 e por Fonseca; 1997].

Fundamentalmente, o aumento das migrações em larga escala com destino a Portugal ocorreu em três períodos. O primeiro, em meados dos anos 70 [período imediatamente posterior ao 25 de Abril de 1974]¹³ corresponde ao processo de descolonização, abrangendo, a deslocação de africanos dos países da área Lusófona, que acompanharam o movimento de retorno em massa dos europeus residentes na ex-África portuguesa, quando da independência destes territórios. Este período, ao proporcionar a instalação no País de comunidades africanas, permitiu o estabelecimento das bases necessárias à manutenção dos fluxos posteriores.

Por sua vez, os anos 80 caracterizam-se por um crescimento moderado do número de estrangeiros e, paralelamente, por uma diversificação das origens, tendo crescido, particularmente, as comunidades brasileiras e asiáticas. Nesta altura as migrações, ao contrário da década anterior, foram movidas essencialmente por motivações económicas. Por fim, nos anos 90, assiste-se a um aumento marcado da população estrangeira em Portugal e a um reforço do peso dos africanos. Consta-se igualmente haver uma tendência de crescimento da proporção de activos entre os estrangeiros (Baganha; Ferrão; Malheiros, 2002), ou seja, uma maior importância das migrações por motivos económicos.

Também nesta década, assistiu-se ao estabelecimento de um novo grupo de imigrantes, constituído por um número crescente de pessoas vindas da Europa de Leste, com destaque para a Ucrânia e, em menor grau, a República da Moldova, a Roménia e a Rússia. O reforço do ritmo de chegadas com estas origens, marcou o final dos anos 90 e início da presente década. Na óptica do geógrafo e da especialização do fenómeno migratório é o facto das nacionalidades individuais dos imigrantes tenderem a seleccionar diferentes espaços de destino, dotando cada um deles de uma composição étnica própria [Portes, 1997]. Portugal não é excepção e detém também algumas particularidades relacionadas com as áreas de recrutamento.

¹³ Antes do 25 de Abril de 1974, além do conjunto de estudantes provenientes das cinco colónias, a presença africana em Portugal resumia-se a um grupo de Cabo-Verdianos que trabalhava na construção civil (construção do metropolitano de Lisboa e crescimento imobiliário no Algarve), e cuja vinda para o país, essencialmente durante os anos 60, tinha sido incentivada pelo Governo como forma de compensar a falta de mão-de-obra originada pela forte emigração para França. Este era, contudo, um universo ainda relativamente reduzido

O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) aponta para um total de 265.361 estrangeiros com estatuto legal de residente em 2004 (dados provisórios), o que não inclui os estrangeiros portadores de vistos de curta duração, de estudo, de trabalho ou de estada temporária, de autorizações de permanência ou os estrangeiros com situação irregular.

Esta mesma fonte revela, contudo, que entre 2001 e 2004 foram concedidas 101.106 autorizações de permanência, 55% das quais a europeus não comunitários.

Das análises resultantes dos números referidos concluímos que em Portugal estão estabelecidos três grupos de estrangeiros – dos países Lusófonos, da União Europeia e do Brasil, aos quais se junta um grupo, mais recente, composto de imigrantes de Leste. Os três grupos tradicionais de imigrantes no seu conjunto representam 82,9% dos estrangeiros com estatuto legal de residente contabilizados pelo SEF. Segundo Eduardo de Sousa Ferreira e Helena Rato [2000], houve alterações nos tipos de imigração originários destes estados. Nos pós 25 de Abril era possível distinguir fluxos migratórios originários dos países Lusófonos com diferentes motivações: refugiados, na sua maioria, angolanos e um pequeno grupo de Moçambicanos, migrações laborais, principalmente trabalhadores cabo-verdianos sem qualificações e uma situação mais heterogénea no caso imigrantes de S. Tomé e Príncipe [em que existia uma componente estudantil muito relevante] e de Guiné-Bissau [com predomínio da imigração económica]. Nos anos 80, as migrações com motivações económicas tornaram-se dominantes para todas as nacionalidades referidas anteriormente, tendendo os trabalhadores muito pouco qualificados, a serem integrados nos múltiplos sectores de actividades que requerem reduzidas qualificações académicas, assim, como sendo nas indústrias transformadoras, construção civil e no caso feminino, a maioria está integrada nos serviços domésticos, mesmo em casos destas possuem graus de instrução mais elevado.

Jorge Malheiros [1995], no seu estudo intitulado *Labour Market Experiences of Refugees in Portugal and Spain: a case study on Angolans, Timorese and Saharans* corrobora esta afirmação: a maioria dos imigrantes considera a desvalorização profissional da sua situação em Portugal comparativamente à possuída nos seus países de origem. O autor generalizando aos estrangeiros africanos negros, atribui esta situação ao conjunto de desvantagens trazidas pelos próprios indivíduos, como sejam problemas na equivalência de certificados académicos, dificuldades linguísticas [menos importante no caso dos Angolanos e dos Moçambicanos do que nos restantes africanos negros], desconhecimento dos sistemas locais do mercado de trabalho, etc., a que se junta o preconceito comum nas sociedades europeias de que os africanos têm qualificações escolares e profissionais reduzidas e, portanto, apenas estão aptos a desempenhar tarefas desqualificadas.

Também o estudo *Os movimentos Migratórios Externos e a sua Incidência no Mercado de trabalho em Portugal* [Baganha; Ferrão; Malheiros [coord]; 2002] identificou uma sobre -

representação dos trabalhadores dos países Lusófonos no mercado de trabalho informal, assim como uma maior precarização laboral destes trabalhadores – menor proporção de contratos permanentes, taxas de inscrição na segurança social inferiores às do total de população imigrada, ocorrência de situações de salários inferiores aos dos nacionais e à sua efectiva categoria profissional e não pagamento de regalias e mesmo de salários após o término do acordo de trabalho.

Por outro lado, nas duas regularizações extraordinárias de estrangeiros realizadas em Portugal, os países que maiores números de pedidos apresentaram foram os Lusófonos, com uma proporção de 72% dos 39166 pedidos em 1992 e 67% num universo de 35 082, em 1996. É, portanto, legítimo afirmar que o fenómeno da residência sem autorização é bastante alargado entre os nacionais destes países.

O grupo dos cidadãos da União Europeia, que representam 27,5% dos estrangeiros com residência regularizada, assumindo-se como comunidades alargadas a inglesa, a espanhola, a alemã e por ultimo a francesa, que é fundamentalmente constituída por mão-de-obra qualificada e altamente especializada, com forte representação nas áreas científicas e técnicas, e por reformados. Temos porém de ter presente que o direito comunitário dota esses indivíduos de um estatuto próprio, não podendo ser englobados na categoria de imigrantes.

A segunda nacionalidade mais numerosa em Portugal é da imigração brasileira, constata-se ter havido uma forte mudança no perfil deste grupo populacional durante os anos 80. Anteriormente a esta data a presença brasileira correspondia à contracorrente da emigração portuguesa¹⁴ dirigindo-se especialmente para os distritos do Norte e Centro do País, em particular os do litoral. De notar que estes estrangeiros não seriam então verdadeiramente imigrantes, mas sim ex-emigrantes portugueses ou seus descendentes, que adquiriram a nacionalidade das áreas para onde partiram e estão de regresso às suas áreas de origem ou dos seus ascendentes. A crise brasileira do endividamento externo provocou um aumento das saídas deste país, que passaram então a envolver, sobretudo, quadros com elevadas qualificações técnicas, e científicas, dotando estes trabalhadores de um perfil semelhante ao dos activos da União Europeia e da América do Norte. Mais recentemente [a partir de finais dos anos 90], sentiu-se a uma aceleração do número de chegadas de cidadãos brasileiros, social e profissionalmente menos qualificados, que podem ser assumidos como uma nova vaga migratória proveniente deste País.

Também a partir da segunda metade da década de 90, a chegada de população do Leste da Europa assume uma dimensão significativa. Esta população possui qualificações gerais muito

¹⁴ O Brasil foi o principal destino da emigração portuguesa até meados do século XX, sendo ainda hoje o local de implantação da maior comunidade portuguesa no estrangeiro [cerca de 1200.000 indivíduos, de acordo com os dados da Direcção – Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas – DGACCP-1996/97] [Baganha; Ferrão; Malheiros [coord.]; 2002].

elevadas, mas integra segmentos do mercado de trabalho bastante desqualificados. Está também mais dispersa pelo território português do que os restantes imigrantes.

Os Venezuelanos, representam a segunda nacionalidade da América Latina mais representada em Portugal, e o norte americanos são, à semelhança da primeira fase de chegadas do Brasil, parcialmente resultado de um efeito de contracorrente da emigração portuguesa para estes países¹⁵ entre estas últimas, em especial do caso dos cidadãos dos Estados Unidos de América, existe também um número significativo de quadros, geralmente afectos a multinacionais [Ferreira; Rato; 2000].

Há de facto, neste contexto, uma forte relação entre a imigração e a presença dos portugueses no estrangeiro, pois uma grande parte dos estrangeiros presentes em Portugal é originária dos países ou ex-colónias, onde anteriormente se verificou uma significativa emigração transoceânica e países da União Europeia. Por outro lado, a imigração foi encorajada pela falta de mão-de-obra em alguns sectores de produção mais mal pagos, de países mais pobres a escolherem Portugal com destino e como plataforma de passagem para Europa.

Por último, temos a imigração asiática, com destaque para a imigração Chinesa [35% dos asiáticos residentes em Portugal] e do subcontinente Indiano (Índia, Paquistão e Bangladesh – 28%). Esta imigração, que em 1999 representava uma fatia superior a 4% do total de estrangeiros regularizados, apesar de ainda discreta, tem vindo a aumentar a sua importância, apresentando uma taxa de crescimento na década de 90 (1990 – 1999) de 89,5%. Entre este grupo detectam-se alguns fenómenos de empresarialismo étnico. Os empresários criam as suas empresas e recorrem à rede de relações familiares e étnicas, ao nível da mão-de-obra, capital e por vezes de bens¹⁶. A distribuição dos estrangeiros dentro do território português não é homogénea, sendo possível identificar tendências gerais de concentração. Embora o peso dos estrangeiros, de acordo com a informação dos Censos 2001, seja apenas cerca de 2,2% do total de população¹⁷, os imigrantes na sua grande maioria estão geralmente concentrados na grande Lisboa ou seja na Área Metropolitana de Lisboa, Centro do País e no Algarve, onde a sua importância relativa aumenta consideravelmente.

A existência destas fortes assimetrias entre a região metropolitana de Lisboa e o resto do território e entre o litoral e o interior, leva Fernando Luís Machado (1999) a defender ser mais correcto falar em regiões de imigração do que em países de imigração e, portanto, em países com regiões de imigração ou não.

¹⁵ A NUT III Grande Lisboa era, em 2001, local de residência de 43,8% dos estrangeiros no País enquanto à NUT III Península de Setúbal cabia uma proporção de 11,5% {Censos 2001}.

¹⁶ As contracorrentes migratórias geradas pelos anteriores fluxos de emigração portuguesa transcontinental têm, no entanto, registada uma redução indicada pela diminuição dos contingentes de estrangeiros canadianos e venezuelanos.

¹⁷ Para uma análise cuidada das comunidades de origem indiana residentes na área metropolitana de Lisboa, consultar a obra de J. Malheiros (1996) – “Imigrantes na região de Lisboa: os anos de Mudança”.

Nos concelhos de Lisboa, Amadora, Sintra, Setúbal, Santarém e outros destes distritos surge a maior concentração de estrangeiros, não só africanos mas também de outras nacionalidades, sendo este o local de residência de cerca de 2/3 dos imigrantes com residência legal em Portugal. A informação recebida pelos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras utiliza o distrito como unidade de desagregação geográfica, contudo, os dados dos censos 2001 e de trabalhos efectuados sobre as questões de imigração indicam que os imigrantes presentes nos referidos distritos¹⁸ residiam maioritariamente nos concelhos pertencentes à Área Metropolitana de Lisboa. Assim, e, também detectamos uma numerosa concentração dos indivíduos de diversas nacionalidade africanas residentes no País.

Por outro lado, a concentração de estrangeiros no distrito de Faro é originada pelo forte investimento na Construção civil e pelo estabelecimento de estrangeiros reformados da Europa, traídos pelas condições climáticas e custos de vida baixos. Ainda, de acordo com as estatísticas oficiais, destacam-se outras áreas onde a imigração se faz sentir com grande intensidade – Coimbra, Aveiro, Açores, Madeira e alguns distritos do Norte Litoral – relacionando-se com o efeito de contracorrente [Malheiros, 1996]. As nacionalidades do continente americano são as origens com maior representatividade.

Assim, imigra para Portugal, na sua maioria vinda dos Países Lusófonos, mão-de-obra não qualificada, que exerce funções no ramo da construção civil e serviços de limpeza (indústria ou doméstica).

4. Identidades cruzadas e rompidas da imigração lusófona

Ao caracterizarmos a noção de sociedade como espaço social onde nem as posições nem as propriedades são definidas de maneira substantiva, A. Gonçalves (1996) chama a atenção para uma carta escrita para o jornal “A voz de Melgaço” em que o leitor Zé do Rio Minho critica as atitudes de emigrantes portugueses que não mais falam português e se comportam de acordo com outros modos de ser, quando retornam a Portugal. À medida em que não mais agem como portugueses tornam-se um «outro», quase sempre identificados por conterrâneos como sendo «o francês», «o alemão», «o suíço», «o americano», etc., e suas casas nas aldeias também são designadas como tal, ainda que, de resto, sejam todos portugueses. Diante dos factos o leitor do jornal lembra a necessidade de se manter um património, uma língua, uma diferença, enfim, que, falando da pátria portuguesa, fale também do que é ser português. Diz ele em sua carta:

“Não temos nada do que nos envergonharmos por sermos portugueses. Porque será justamente a conservação da nossa identidade e das nossas tradições que nos distinguirá, no futuro, de nossos parceiros da Comunidade Europeia, onde tudo será praticamente uniformizado

¹⁸A NUT III Grande Lisboa era, local de residência de 43,8% dos estrangeiros no País, enquanto à Península de Setúbal residiam cerca de 11,5% [Censo 2001].

e controlado: preços, moeda, produção, consumo. etc. [...] Evolução sim, mas conservando aquilo que nos é caro. Para tanto basta preservar e defender a nossa genuína identidade. Sejamos como somos” [in Gonçalves, 1996: 57].

Ser aquilo que se é, anseio, proposta e valor que permeia os povos, principalmente quando essas sociedades encontram-se em intensos processos de mudanças, cuja direcção e sentido ainda em construção geram inseguranças e «quebram» certezas quanto ao futuro, já que o mundo social não é apenas realidades objectivas, também é “representação e vontade”. A representação que os agentes fazem da realidade social é parte constitutiva dessa realidade»¹⁹.

A realidade social é, assim, fruto das formas de pensar, relacionar e viver em sociedade, alternando as relações sociais entre sujeitos e também as posições sociais que ocupam. Envolvem interesses e lutas marcadas por poderes diversos e desiguais. Supõe a história concreta de indivíduos e grupos, bem como supõe os seus patrimónios culturais e aquilo que os define em termos das propriedades do seu meio e lugar. Aquilo que permite a cada um e todos dizerem de si e do mundo em que vivem.

Tais lógicas configuram processos de classificação social e de enquadramento da vida social, constituindo as «estratégias, os comportamentos e as perspectivas que tendem a conformar-se com aquilo que eles, socialmente, são ou podem ser» (A. Gonçalves, 1996, p. 35).

No entanto, aquilo que se é, como diz Geertz (1978, p. 47), depende de «onde ele [o homem] está, quem ele é e no que acredita, que é inseparável dele». Depende da experiência histórica particular da sociedade onde vive e depende das injunções do contexto histórico, onde se faz presente, o aqui e o agora da vida social, o presente e o passado.

Na história portuguesa muitos momentos constituíram e elegeram os povos africanos como «iguais» e diferentes, como um outro e um mesmo. É assim, que a presença africana em Portugal no passado, desde o século XV, lembrada por Tinhorão (1988) e também por outros autores, aponta os caminhos da multiculturalidade que caracteriza a sociedade portuguesa dos nossos tempos (H. Martins, 1997, p. 3) Compreende-se que entre o passado e presente de Portugal e da sua cultura, a contribuição dos africanos negros na construção identitária portuguesa foi e é fundamental. Para H. Martins (1997) essa resulta de «uma história considerável, constituída na base de tráfegos culturais», ainda que pouco conhecida, pouco estudada e permanentemente omitida ou minimizada. Pode-se afirmar que os portugueses vivenciam uma situação de ambivalência cultural. Resultado da interacção entre a herança europeia, branca e cristã e o legado colonial que constituíram ao longo da sua história junto a outros povos, entre eles os povos africanos Lusófonos.

¹⁹ A Gonçalves, 1996, pp.32-33.

A desejada homogeneidade de uma identidade portuguesa, quando olhada mais de perto, revela fracturas, revela a existência de um outro Portugal múltiplo desde o século XVI, quando então já se tinha uma população negra de origem africana e muitas vezes nascidas em Portugal (cf. Tinhorão), formando uma minoria que desenvolveu-se na massa geral da população durante o século XIX. Como dizem Bastos e Bastos (1999):

Na mesma direcção, H. Martins (1997, p. 2) fala da sociedade portuguesa pós – colonial como sendo um contexto multirracial intercultural, visível :

[...] nas ruas, nas escolas e nos transportes público... convivendo os portugueses hoje...com os traços culturais que resultam da diáspora africana no mundo [...].

Uma mudança que impõe a presença física e social do «outro» no mundo português, tornando-o mais próximo. Vozes, olhares, gestos, atitudes, comportamentos, emoções e sentimentos mostram o reflexo no espelho. O «outro» no espelho é agora português, de pele branca e de pele negra. São sujeitos de identidades próprias e histórias singulares, mas que possuem um patamar comum, exigindo um repensar o «outro» para dizer de si, dizendo de um mesmo que incómoda e desconforta. O «outro» antes distante dava grandeza a Portugal, lhe conferia bravura e heroísmo. O «outro» estava fora do ângulo de visão imediato, penetrava no imaginário e permitia «a fantasia dos portugueses e as suas capacidades para experimentarem a surpresa», elegendo, assim, «como cenário o mundo fora das portas» (Barreto, 1995, p. 842). Por essa razão, o «outro» emprestava-lhe os contornos de sua condição identitária que fazia de Portugal uma metrópole corajosa e intrépida e fazia do Português um colonizador pela face do colonizado.

Como diz Marc Augé (1994), no passado europeu (português) e ocidental tinha seu lugar em relação ao outro longínquo, agora perto, o outro antes «colonial» tornou-se «subdesenvolvido», é assim, um «outro» que também expõe a fragilidade do mundo português. Se antes, antropológicamente, o «outro» emprestou a Portugal elementos para se pensar numa identidade de «polvo», como diz B. Santos (1996), hoje, frente à integração à UE, Portugal já não se faz tão flexível e adaptável. As aspirações de centro que carrega consigo confrontam-se com a debilidade da sua condição periférica, exposta pela ambivalência cultural que carrega como parte da sua cultura e da sua sociedade. Diz H. Martins (1997, p. XI), trata-se «do reconhecimento de que a cultura portuguesa se sustenta numa longa tradição de tráfegos culturais. Então é como se Portugal limpasse o espelho para ver o rosto e descobrisse que também é africano!»

Da ambivalência como facto, tem-se no presente a ambiguidade como problema marcado fundamentalmente pela herança colonial de que africanos negros e portugueses brancos participam, ora enfatizando as diferenças e os contrastes, ora se fazendo complementares e iguais. Como diz B. Santos (1996, pp. 135-136), as identidades culturais são sempre parte de

processos transitórios e fugazes de identificação. Mais do que isso, têm por suposto o próprio e o alheio, Santos afirma ainda que tais processos implicam «a posição de poder da qual é possível a apropriação selectiva e transformadora do outro. Trata-se, realmente, da realidade sócio – política que em Portugal o «eu» e o «outro» se confrontam. Africanos negros em Portugal são sujeitos de um processo diversificado de vivências, representações e ideologias, decorrentes das diferentes relações historicamente construídas entre o mundo africano e a metrópole, em termos de conhecimento e alteridade.

Fig.^a 4: POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL POR NACIONALIDADE, SEGUNDO O SEXO E POR DISTRITOS (“Enquadramento técnico-estatístico”, Secção 3, Capítulo 1, Parte I., Rifa 2008 parte 1, pp.)

Totais	HM	H	M
Total Nacional	440277	230555	209722
Total CPLP	225398	109519	115979
Angola	27519	13703	13916
Brasil	106961	49467	57494
Cabo Verde	51353	24618	26735
Guiné-Bissau	24390	14928	9462
Moçambique	3372	1444	1928
S. Tomé e Príncipe	11726	5325	6401
Timor	77	34	43

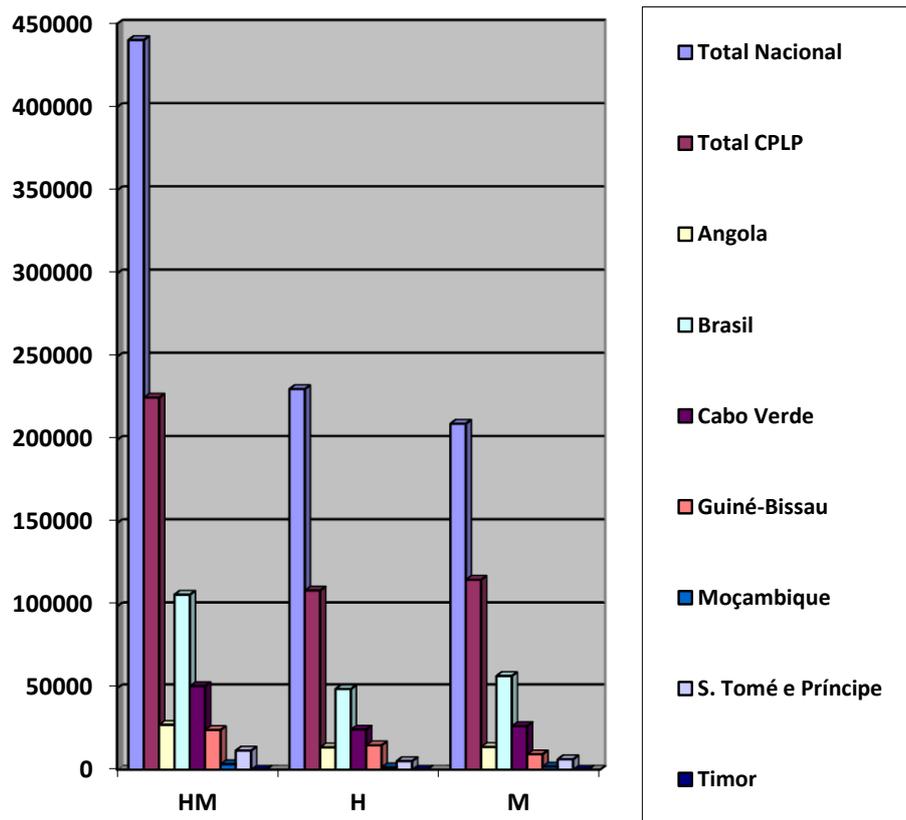


Fig.^a 5 : Fonte: FIG.^a 3: POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE EM TERRITÓRIO NACIONAL POR NACIONALIDADE, SEGUNDO O SEXO E POR DISTRITOS (“Enquadramento técnico-estatístico”, Secção 3, Capítulo 1, Parte I., Rifa 2008 parte 1, pp. 28).

A visibilidade dos africanos negros emigrados dos países Lusófonos na actualidade da vida portuguesa insere-se num cenário comum das migrações não comunitárias ou extracomunitárias na Europa. Com origem em povos de diferentes origens, torna-se um grande problema social frente às exigências de incorporação dos países europeus na UE, com as suas regras, definições e regulamentação de fronteiras, acordos políticos e outros, exigindo de cada país membro um posicionamento e uma redefinição para se fazer um país comunitário e que não passa despercebido pelo imigrante africano negro. Segundo Santamaria (1998), a imigração não comunitária é uma figura central, pólo negativo de referência na construção sócio – política da Europa comunitária - caso de Espanha e de Portugal - num país europeu em processo de modernização.

A questão identitária de Portugal e dos portugueses brancos levantada por Zé do rio Minho (A. Gonçalves, (1996) é reveladora de um aspecto central da Europa contemporânea: a da presença do «outro» e seu significado. O «outro» que é um imigrante comunitário, por influências do processo migratório, incomoda e desestabiliza a identidade singular

historicamente construída; desperta temores frente ao grupo social a que pertence. Por outro lado, o mesmo acontece em relação ao imigrante africano negro, considerado pelos europeus «do Terceiro Mundo», «o outro» extracomunitário estado pelos deslocamento no espaço físico e social de um mundo teoricamente sem fronteiras ou de fronteiras expandidas pelo movimento de globalização. Tal movimento coloca na agenda política o problema do «diferente» e a indagação «sobre a igualdade ou desigualdade dos seres humanos na terra» (Therborn, 1999, p. 65). Como diz Aymard (apud Braudel, 1996):

«A diferença só pode ser aceite no íntimo do outro e na medida em que ele é outro e confirma a nossa identidade sem ameaçá-la» [p.153]. Neste sentido, diz Gómez (1999, p. 158), «o conhecimento e a aproximação de povos e nações distintos geram uma maior consciência da diferença nos estilos de vida e nas orientações valorativas, que pode tanto expandir o horizonte de compreensão da própria sociedade e cultura quanto fechar-se para reforçar identidades étnicas, nacionais ou políticas sectárias que se sentem ameaçadas».

A diversidade cultural interna da sociedade portuguesa, que não é recente e é constitutiva de um ethos próprio que o singulariza no conjunto das nações europeias, configura-se como sua riqueza e seu desafio, sua identidade e ameaça, já que é, a um só tempo, complemento, contraste e conflito da nação portuguesa enquanto tal e enquanto país comunitário. Como afirma Iturra (apud Souta, 1997), até ao início do século XX, o mundo se dividia em «nós» e «eles», «"Nós"», os do povo que contempla todo o resto da humanidade; 'eles', toda a humanidade que não é 'nós' [...] No entanto, uma explosão acontece; livres da disciplina comandada pela Europa, os grupos 'eles' aparecem no meio do grupo 'nós' e começam a semear a confusão do entendimento das memórias, dos mitos, dos ritos, das disciplinas» (pp. 11-12). Como afirma Iturra, quando dois grupos, coexistem dentro do mesmo território, olham-se um ao outro com «um certo ar de distância e desconfiança» (p. 12).

No actual contexto, «'eles' e 'nós' resultam unidos pela necessidade de se habilitarem por meio da educação, para conseguirem um trabalho que seja interessante para eles e para a sociedade multicultural que “nós” passamos a ser» (Iturra, apud Souta, 1997, p. 13). Em causa as possibilidades de o outro se adequar às regras da sociedade de acolhimento e de esta encontrar equilíbrio no conjunto nas relações sociais e políticas. Eles e nós, realidade que, dividida por clivagens sociais diversas, coloca em risco processos que favorecem a emergência de contradições, conflitos e, principalmente, racismo. Assim, a Europa de hoje toma como um de seus valores o direito à diferença, mas, segundo Aymard (apud Braudel, 1996), enfrenta sérias dificuldades em aceitar esse mesmo direito. Parece ser esta a razão de a Europa ser vista pela UE como espaço educativo e formular princípios gerais para políticas locais voltadas para educação. No entanto, o quê e quem educar tem por centro o outro.

5. Imigrante africano negro e a xenofobia

Como é do conhecimento geral, as migrações promovem intensificação de encontros e contactos entre indivíduos de culturas diferentes, fenómeno do qual advêm diferentes situações, nem sempre positivas. Rocha – Trindade (1997) afirma que passíveis consequências do encontro entre imigrantes e sociedade receptora: «Atendendo a que os grupos de cidadãos estrangeiros apresentam uma diferenciação cultural de natureza étnica, linguística, e, em alguns casos, religiosa que os distingue da população maioritária, a convivência entre os vários grupos complexifica-se e podem mesmo ocorrer situações de intolerância intergrupala e cultural» (p. 65).

Se através das migrações a aproximação entre indivíduos de culturas diferentes pode eventualmente ser facilitada, a realidade é que esta situação nem sempre se dá de forma harmoniosa, pois verificam-se diferenças entre os indivíduos europeus que migram dentro da própria Europa e os não europeus que para lá migram. Os «cidadãos da Europa», seja porque «a similitude aproximada do fenótipo, tanto como da religião e da cultura», bem como de outros factores decorrentes da longa estada nestes países, «tornam praticamente invisíveis as diferenças que certos grupos ou comunidades de origem imigrante possam aparentar à sociedade receptora» (Rocha – Trindade, 1993, p. 423). Para a autora, o caso dos imigrantes que entram em solo português provenientes dos países africanos é mais vulnerável a problemas de conflito, já que aqueles que se diferenciam da sociedade receptora pelo tipo físico, língua, religião, normas e práticas sociais tornam-se imediatamente reconhecíveis como diferentes, podendo ser mais facilmente vítimas de rejeição e preconceito (id., ibidem, p. 424).

Por outro lado, há em Portugal hoje como que uma euforia contida pela presença dos novos imigrantes dos imigrantes – os do Leste, afinal, são eles europeus, brancos, com hábitos e costumes muito mais próximos aos dos portugueses e com eles o entendimento parece ser mais auspicioso, ainda que aqui a língua seja uma barreira ainda maior do que com os luso - africanos. No entanto, a comparação com os africanos torna-se quase obrigatória. Diz uma informante imigrante dos países africanos lusófonos que neste momento há uma preferência muito aberta pela emigração do Leste por esta ser uma mão-de-obra especializada. “Nós temos doutores, temos médicos, mas na maioria a população africana negra não tem instrução. Além disso, eles estão distribuídos de norte a sul. Os imigrantes africanos negros juntos são olhados com hostilidade e, são considerados como uma ameaça, os outros não...”²⁰.

²⁰ Os africanos e luso-africanos sofrem um novo ciclo de desemprego e percebem que são os de Leste que estão a ocupar seus lugares. Um problema a mais em suas vidas. Porém, cabe alterar que também entre os africanos negros há pessoas de nível superior e mesmo com pós-graduação trabalhando nas obras, mas isto passa longe do conhecimento do português comum. Cabe também alertar que mesmo os imigrantes do Leste sofrem discriminação e inteligências racistas, embora em menor escala. Exemplar é o termo «os ucras» empregado de modo genérico a esses imigrantes e a crença de que «os ucras são todos que andam

Como afirma Marc Augé (1994), na Europa hoje há uma imensa dificuldade de conceber a relação com o «outro», cresce a violência interna nos países onde o outro é considerado estrangeiro. Assim, africanos negros em geral e imigrantes do Leste se igualam, são todos estrangeiros ²¹.

Xenofobia e racismo, uma realidade visível, nos grandes centros urbanos, como Porto, Lisboa, Faro ou mesmo Coimbra, são factos que estão quase todos os dias na ordem do dia através da imprensa e também são objecto de políticas públicas e de investigação académica. Um dos muitos relatórios sobre o racismo em Portugal do SOS – Racismo (s.d.)²² afirma o agravamento desse processo por diferentes factores, nomeadamente a «ausência de uma política de integração social dos imigrantes e seus descendentes a residirem no país» (p. 1). Além de muitos actos comprovados de discriminação racial, em 1997, o assassinato de um jovem africano negro por skin-heads e ofensas corporais a dez outros negros no Bairro Alto, em Lisboa (id., ibid., p. 2), foram amplamente divulgados pela imprensa escrita e falada, suscitando grandes debates entre portugueses e também entre os africanos negros imigrantes. Foi a primeira vez que um crime do género não ficou impune ou teve penalidade irrelevante. É assim que a legislação existente não coíbe os abusos e é de difícil aplicação, o que acaba por minimizar a existência do racismo e da violência que pode envolver até mesmo os poderes constituídos, como é o caso da morte de um jovem africano negro pela polícia de Lisboa ²³. Um pesquisador brasileiro em Portugal afirma, num Jornal de (14 de Dezembro de 2001), relata a morte do jovem africano negro Ângelo, de 17 anos de idade, filho de um casal de imigrantes africanos, brutalmente assassinado por um agente de polícia da segurança pública portuguesa, atingido pelas costas ao tentar fugir no momento da abordagem policial. Este facto ocorreu no dia 5 de Dezembro e dividiu as atenções dos meios de comunicação social portugueses com a morte do ex-Beatle George Harrison. Dois dos principais canais portugueses de televisão (TVI e SIC) transmitiram ao vivo (em directo) as noites de violência no Bairro Cova da Moura, no concelho da Amadora. O conflito entre polícias da Segurança Pública e moradores do bairro deu-se por causa de uma revolta causada, para além da morte do Jovem, pela tentativa de se fazer um abaixo-assinado em defesa do polícia que assassinou o Jovem.

por aqui, invadir nossos país e que cheiram mal. Que a gente identifica perfeitamente na rua e que andam em tascas e tabernas .», ainda que não tenham dinheiro para ir a um café. O que mostra a natureza estrutural do racismo na sociedade portuguesa.

²¹ É necessário precisar que a categoria de imigrante distingue-se da de estrangeiro não sendo uma sinónimo da outra, mas que no uso geral e no senso comum andam juntas e são quase inseparáveis; aqui a dificuldade dos africanos negros nascidos em Portugal em aceitarem essa condição que lhes atribuída.

²² Associação SOS – Racismo criada em 1990, Dia Internacional dos direitos humanos, tem com objecto social o combate a Xenofobia e o racismo em Portugal.

²³ A situação é em tudo muito semelhante ao caso brasileiro e suas leis no que toca a punir discriminação e racismo.

O pensamento actual da sociedade portuguesa expõe imagens e clivagens em termos de práticas sociais e representações por parte dos «naturais», isto é, de portugueses sobre os imigrantes africanos negros na sociedade portuguesa (A. Gonçalves, 1996, p. 15). Tais imagens e clivagens revelam uma cultura de colonizador que persiste na mentalidade das relações sociais e é nela, que se buscam as ideias do passado para infelizmente compreender o presente de negação e exclusão vivido por africanos negros e portugueses em Portugal. Por sua vez, é pela mentalidade construída por tudo que foi e é vivido pelos africanos negros da língua comum colonizados e agora como imigrantes que se podem compreender suas relações com a sociedade de acolhimento. Na cultura construída através da história comum, no passado recente e no presente, podem-se compreender os nexos da violência racial de que os negros são constantemente protagonistas, podem-se compreender as reacções dos imigrantes aos factos do nosso dia-a-dia, tal como o relato do bairro Cova da Moura.

Em tudo isso, os meios de comunicação social cumprem um papel fundamental, já que «em quase todas as imagens esboçadas -seja nas peças jornalísticas, seja nos artigos de opinião – o africano negro, enquanto cidadão ou imigrante, é sempre um complemento do eu -português, reforçando o estereótipo da marginalidade, da carência e do exótico, ou ainda, quase compulsivamente, dando origem a uma autocontemplação narcisista e histórica da identidade mítica» (Queiroz et al., 1996, p. 10). Neste sentido, ainda que a sociedade civil hoje se mobilize mais com relação aos graves problemas de racismo e xenofobia, os incidentes crescem e a violência policial também (p. 18). Portanto, os meios de comunicação reforçam os poderes políticos e económicos e são formadores subtis das opiniões e consciências sociais (p. 34). Assim, os meios de comunicação social, parte visível da sociedade Portuguesa, fazem seus os hábitos e os preconceitos sociais «da comunidade e da cultura a que pertencem» (p. 37). O «outro» (africano) é para Portugal um elemento operacional de sua identidade política e por extensão, como portugueses (p. 103), como, de resto, resguardadas as diferenças entre o passado e o presente, sempre foi.

Por outro lado, também entre os imigrantes africanos negros desenvolvem-se representações sobre o português branco com quem agora convivem em relações quotidianas marcadas por proximidades e distâncias. Trata-se, como afirma A. Gonçalves (1996, p. 16), «da luta quotidiana e simbólica de classificação social que atravessa e caracteriza a sociedade portuguesa». Referindo-se a Bourdieu e outros, Gonçalves afirma «quem classifica, classifica-se» (p. 19) e, nesse sentido, pergunta-se quando e por quê, em Portugal diante da massa de imigrantes não comunitários, os africanos negros de língua comum e seus descendentes se transformam em um «outro» e, como tal, estrangeiros?

O que é um estrangeiro africano negro?

O «estrangeiro africano negro» remete-nos à condição do sujeito que, vindo do exterior, preenche a fronteiras de um espaço físico e social que não é «seu espaço», fazendo «nascer» o imigrante, categoria que só tem existência a partir da sociedade que recebe o «estrangeiro imigrante africano negro». No entanto, o estrangeiro imigrante africano negro não é um sujeito qualquer que cruzou as fronteiras da sociedade em questão.

A presença do imigrante africano negro como presença estrangeira decorre do facto de que «um imigrante é essencialmente força de trabalho, uma força de trabalho que inicialmente era provisória, temporária e em trânsito» (Sayad, 1998, p. 54). Neste sentido, é uma presença estrangeira revogável a qualquer momento. Não porém, um momento qualquer.

O momento de constituição do imigrante africano negro condiz com a expansão económica, com a aplicação do mercado de trabalho que dele necessita e que actua no âmbito de uma ilusão colectiva, como também se refere o autor Sayad, que é a provisoriedade, a presença justificada pelo trabalho e neutralidade política. Afinal, ele não é dali, onde está. O imigrante é de um outro lugar, de um lugar para o qual deve voltar mais cedo ou mais tarde. Como «imigrante, deve continuar sendo sempre um imigrante [...] e cuja estada, totalmente subordinada ao trabalho, permanece provisória de direito...» (Sayad, 1998, p. 63).

Assim, a condição daquele que chega hoje e parte amanhã se torna, de acordo com Sayad, um estado provisório que se prolonga indefinidamente e o estrangeiro se transforma em um sujeito que permanece, mesmo que em condições provisórias ou de provisoriedade. A provisoriedade ou a ideia dela em conjunto com a crença ou o mito de uma identidade portuguesa de conciliação conforma, discursivamente, uma atitude facilitadora de uma certa tolerância. «Realmente esse problema de estar fechados às outras culturas, aos outros povos, não [...] para mim não tem muita consistência [o racismo / xenofobias]... No entanto, como bem mostra Sayad, os emigrantes vêm e ficam. Este é o provisório que se eterniza com uma teia de problemas que se adaptam no dia-a-dia. Ao permanecerem nesta sociedade de acolhimento, os imigrantes estabelecem relações sociais de proximidade e distância, de recolha quer de indiferença quer de envolvimento, com aqueles que são da sociedade local. Nesse sentido, Simmel (1983) afirma que «o estrangeiro está próximo na medida em que sentimos [a influência] traços comuns, de natureza social, nacional, ocupacional, ou genericamente humana, entre ele e os outros» (p. 186). Permanece num distanciamento, na medida em que estes traços comuns se estendem do que nos é exigido ou possa ser dado.

A imigração, como um processo histórico de deslocamentos de populações no espaço, que não é apenas o espaço físico, mas é também um «espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente e culturalmente» (Sayad, 1998, p. 15), é um fenómeno que dissimula a si mesmo, o que significa dizer que é um estado durável que se pensa

provisório. Todos os envolvidos no processo imigratório, imigrantes e sociedade receptora, vivem essa contradição do provisório - eterno.

O imigrante, como ser portador de um duplo referencial no tempo e no espaço, vive no quotidiano, juntamente com a sociedade receptora, os «[...] paradoxos colocados pela imigração [...]» (Sayad, 1998, p. 20). Deste modo, «[...] o que está em jogo não é apenas a imigração, pois no inverso da imigração está a emigração como verdadeira face de uma mesma realidade, a emigração é a outra vertente da imigração, na qual se prolonga e sobrevive e continuará acompanhando enquanto o imigrante como inverso do emigrante, não desaparece ou não tiver sido definitivamente esquecido como tal [...]», (p.14). Assim, o imigrante é quase sempre portador de experiências sociais que devem ser pensadas na sua totalidade e na sua temporalidade, isto é, como imigrante/emigrante.

No pensamento do autor Sayad 1998, «para que haja imigração é necessário haver fronteiras e território nacionais, é necessário que haja “estrangeiros”». Afirma ainda, «é interessante reflectir sobre as grandes consequências do facto de não existir uma definição positiva de “estrangeiros”. Na linguagem jurídica, o estrangeiro é definido de forma negativo como sendo o estranho, como não sendo do lugar e como não sendo nacional. Em boa medida, é a divergência entre a definição jurídica do estrangeiro e a condição social do imigrado que se termina por definir o imigrado como não nacional. Especialmente nos antigos Estados nacionais europeus, o facto de as palavras “imigrado” e “estrangeiro” designarem a mesma coisa termina colocar o paradoxo da presença de imigrantes que não são estrangeiros do ponto de vista estritamente nacional» (p. 168). É o que acontece com os imigrantes africanos negros vindos dos países da língua comum 'Lusófona' em Portugal, já que muitos dentre estes são imigrantes de nacionalidade portuguesa e outros mais jovens, ainda que não titulares dessa nacionalidade, são naturais de um país chamado Portugal e aí constroem as suas vidas.

Os africanos negros que chegaram nos anos 60 vieram para preenchimento da demanda de mão-de-obra na construção civil e muitos acabaram por não retornarem aos países de origem fixando-se na Metrópole, a terra do sonho prometido. Na década de 80 iniciou-se um novo fluxo imigratório de africanos negros que vieram participar na construção civil das grandes obras nacionais. Este grupo, formado pelos que vieram nas décadas de 60 e 80, não possui a nacionalidade portuguesa nem as mesmas qualificações profissionais que garantiram aos «retornados» não brancos terem condições de manterem uma certa qualidade de vida e posição de status dentro da sociedade portuguesa. Tanto o primeiro grupo, que possui a nacionalidade portuguesa, quanto o grupo dos filhos dos imigrantes africanos negros das décadas de 60 e 80 não se consideram propriamente como «imigrantes» no sentido que esta palavra implica, a condição de estrangeiros não é exactamente assim que eles se percebem, mas muito mais importante, é assim, que são entendidos.

As migrações internacionais provocam por toda Europa pressões sociais e políticas intensas, que, na visão de muitos, devem crescer. Afirma Hobsbawn (1996), entre outras coisas, que na União Europeia ocorrem hoje políticas que tendem a diminuir a imigração²⁴. Ainda assim, o que se tem, diz ele, são muitas «europas» dentro da Europa, tal como também se diferenciou através dos tempos as políticas frente aos estrangeiros, principalmente se estes vinham de África negra. Foi assim com a Inglaterra, com a França, em razão de seus próprios princípios, e só recentemente o imigrante (africano negro) se torna um problema. Mas na base desse problema, segundo Hobsbawn (1996), não está em jogo uma questão nacional. Diz ele:

«Os grandes problemas que acontecem com o imigrante são na sua maioria xenófobos quando este pertence a outro grupo étnico, ou quando o imigrante é africano e negro, mediante um reconhecimento imediato. E também quando a imigração é claramente pobre» [p. 13].

Assim, desde os anos 80, por razões políticas ou económicas, a população pobre, de países também pobres, começou mais intensamente a emigrar para os países ricos. Por sua vez, nessa etapa emigratória sucede que quem migra o faz como trabalhador mas na sua maioria sem competir com outros – os nacionais – por recursos públicos, e sem gerar conflitos nesta área. Mas de facto verifica-se que nos sistemas democráticos se formam cidadãos de duas qualidades, uns que gozam de todos os seus direitos, outros a quem sistematicamente são negados os meios de subida de qualidade social e isso, diz Hobsbawn, torna-se difícil de ser administrado. E é assim, posto que «no século XX alguns direitos sociais e políticos devem ser reconhecidos a todos por igual», não se pode, segundo ele, dizer «tu não e ponto [...]». Este é um tema de uma agenda potencialmente explosiva na Europa» (Hobsbawn, 1996, p. 13).

Como diz Milton Santos (1996), a globalização nos moldes de hoje não permite ao Estado a possibilidade da cidadania para todos. Isso ocorre porque, num mundo globalizado, o indivíduo tem cada vez menos espaço de expressão, suplantado pela massa à qual é considerado pertencente. Seus desejos já não são mais seus, são os do mercado consumidor com o seu perfil. As leis e a burocracia levam em conta uma etnia, género ou classe dominantes, ignorando as especificidades. Essa globalização «perversa» enfraquece a participação política, pois coloca interesse não humanos à frente da justiça e igualdade sociais. Cabe aqui lembrar Dafá quando afirma que antes era a pessoa humana em primeiro lugar, acima de tudo a pessoa humana. Mas agora «[...] o que eu vejo é que a boa relação entre Portugal e os países africanos a nível governamental, politicamente, tudo enfeitado e tal e quando o preto vem cá é discriminado... é

²⁴O investigador brasileiro Milton Santos, afirmava que em Portugal se estava perante um quadro ainda mais pleno de interrogações. Diz ele: «em 17 de Dezembro de 2001, a direita ganhou as eleições em todo o país causando uma ebulição política culminando com o pedido de demissão do primeiro-ministro que é do partido Socialista (consequências serão sentidas pelos imigrantes, dado que a direita venceu com um discurso anti-imigração). E a Cova da Moura amanhece mais um dia cinzenta, frio e chuvoso...»

posto ali canto e... sofre todo e qualquer... repito, a boa relação entre Portugal e os países africanos da língua comum é a nível governamental, mais nada[...].

É suposto afirmar-se que foi a partir dos anos 80, que uma leva de migração originária dos Países africanos de língua Portuguesa, constituída na sua maioria por angolanos e moçambicanos, chegou às terras portuguesas, tendo iniciado um processo de diferenciação entre «naturais» (os imigrantes) e os «nacionais». Os primeiros com o grau de escolaridade mais elevado e com qualificação profissional; os segundos marcados pelo analfabetismo e baixo grau de capacitação.

Ser «africano» é indicativo de uma questão maior e geral, exigindo o dimensionamento das categorias e dos factos que os colocam em contexto, em função de relações sociais concretas. «Africano» é então todo e qualquer cidadão de origem africana, seja ou não nascido em Portugal, tenha ou não a nacionalidade portuguesa, seja ele «preto» ou «mestiço», e que independente da situação legal que possua, seja ela portuguesa, estrangeira ou «clandestina», como define o inquérito realizado pelo DEDIAP/CEPAC em 1995. Considera que «africano negro» é uma categoria operacional, mais do que de origem, esta sim diversa e múltipla. Por outro lado, «africano» é antes de mais nada, categoria referencial que opera o senso comum no quotidiano das vivências entre imigrantes negros e português, de modo a definir qualquer pessoa de pele negra e, com isso, atribuir-lhe a condição «estrangeira». A razão parece simples, ao se estar fora do grupo português, fora da realidade portuguesa de e para portugueses, se está fora da nação. Constituem, assim, «os africanos», em geral, um outro povo, um povo que está – para o pensamento comum português – momentaneamente «fora de lugar». Seu destino: regressar ao lugar de origem.

Tal pensamento resulta das experiências de relações sociais vividas pelos sujeitos sociais e por outros antes deles, mas que imprime ao olhar e à percepção um esquema de valores que norteia as acções e atitudes de uns sobre os outros e destes para com aqueles. No entanto, entre a percepção e a acção incorre a mediação do contexto histórico e circunstante, de forma a estabelecer significados entre ser português, ser africano. Estar em Portugal é ser nacional e não ser. Supõe-se com isso que categorias genéricas e imprecisas de africano e de português²⁵ bem como as pessoas a elas identificadas, façam parte de uma «rede simbólica» que toma por base a experiência humana vivida e que, segundo Cassirer, citado por Dorfler (1988), mais do que fruto do contacto com as coisas, resulta do facto de que o homem está em «colóquio consigo mesmo». Como entender esta questão?

A questão assim colocada parece sugerir que se esteja diante de um processo etnocêntrico, mais do que de racismo, tal como propõe Pina Cabral (1997). O autor pergunta:

²⁵Uma Revista portuguesa destinada ao turismo tem o sugestivo nome de Portugal, Português. Haveria um Portugal não Português?

«onde começa o “racismo” e acaba o etnocentrismo?» (p.6). Para ele, as formas de discriminação e preconceito baseadas na cor da pele se parecem hoje com o que Franz Fanon chamou de «racismo cultural», em que se faz a defesa pela positividade de valores identitários próprios, sem que se exprima abertamente desprezo ou ódio pelo «outro». Tratar-se-ia, assim, de «racismo aversivo» ou de preconceito subtil», de classe sócio -económico, de características fenotípicas, de grupo de status, de nível educacional, de identidade nacional, de religião e outros, mais do que de «raça» tal como se tratou tradicionalmente. Segundo Pina Cabral, «etnocentrismo», «discriminação» e preconceito étnico seriam, expressões mais abrangentes (p.7). Muitos autores defendem que o racismo envolve um duplo ímpeto: a proximidade especial e cultural em que ocorre a exploração da mão-de-obra e o distanciamento identitários que tende a impedir a integração social que resultaria em perdas de privilégios. Diz ele: «A necessária proximidade ameaça o desejável distanciamento e põe em causa a identidade do grupo dominante, sobre a qual assenta o acesso aos benefícios resultantes da exploração de mão-de-obra barata» (p. 2). Reconhecemos que, no caso de largos milhares de imigrantes «africanos negros» vindos dos países Lusófonos, terminado o surto de crescimento imobiliário (da construção civil), os resultados foram francamente imprevisíveis tanto em termos de garantias de subsistência quanto de processos de discriminação. Neste sentido, aponta para o facto de que as atitudes etnocêntricas da sociedade portuguesa - vistas por nós como também racistas - são sustentadas pela infra-estrutura institucional da sociedade portuguesa através das leis sobre imigração, nacionalização e trabalho que sustentam a exploração da mão-de-obra imigrante (p. 9).

No caso dos imigrantes africanos negros e de seus descendentes em Portugal trata-se de uma comunidade alvo de um processo de integração na sociedade portuguesa no âmbito das relações sociais tanto as formas etnocêntricas quanto as formas explícitas e subtis de racismo ²⁶. Pode-se então afirmar, como o faz Castoriadis (s. d.), que a existência do outro representa um perigo, já que «nossas muralhas são de plástico, nossa acrópole de papel machê» (p. 38). O que se é e se acredita que seja assenta numa base frágil e inconsistente, posto que a realidades sociais, como as culturas, não são nunca absolutas, substâncias. Diz Marc Augé (1994, p. 30), «as culturas sofrem alterações, não são totalidades acabadas e os indivíduos também não o são, a não ser por se situarem face a uma ordem que lhes estipula o seu lugar: só exprimem a totalidade sob um determinado ângulo».

²⁶ O racismo subtil é defendido por Jorge Vala (1999) e criticado por Cláudia Castelo, que afirma ser ainda a questão da diferença racial (cor, traços físicos), que subjaz ao tipo de racismo, qualquer que seja o adjectivo que se lhe dê. Afirma ainda que as crenças racistas, até as que assentam na diferença cultural, não deixam de «naturalizar» as culturas e pressupô-las como distintas entre si e conclui que se assim não fosse, estaríamos a falar de etnocentrismo [Cláudia Castelo (Resenha) e Jorge Vala (Org.) «Novos Racismos: Perspectivas comparativas», Oeiras, Celta, 1999, in *Análise Social*, Lisboa, ICS, vol. XXXV, nº154-155, pp. 451-452].

O ângulo pelo qual em Portugal se associa o português e branco implicou desde sempre a crença de uma homogeneidade de sua formação e na formação de seu povo. Nessa medida, falava-se de um território, um povo, uma nação, uma língua, uma fronteira, sublinhando a pequenez de sua dimensão e a periferia da geografia, para Barreto (1995) o alto grau de homogeneidade etno-cultural era um paradoxo frente ao passado colonial. O autor afirma: «O império e a imigração não tinham criado no continente metropolitano uma sociedade plural».

A diversidade étnica, cultural e religiosa não era visível na sociedade e na população metropolitana» (idem., *ibidem.*, p. 842) ²⁷. Na verdade, para o povo português, o outro que lhe dava grandeza estava fora de seu ângulo imediato de visão, não tanto porque não estivesse ali, no interior mesmo da sociedade portuguesa, mas, como afirma Tinhorão (1988), estava invisível²⁸.

A diferença parece apontar para o ângulo de visão com que Portugal se vê enquanto mundo português e europeu e que leva o motorista de táxi a reagir a um comentário afirmando com orgulho e de modo peremptório «somos europeus!». Do mesmo modo que se afirma ser o «outro», o negro, «africano».

Os tempos modernos, marcados por outros movimentos e, como tal, estão a exigir a definição do lugar pelo qual todos são ou não parte de um espaço entendido como nação. Entre estes movimentos inscreve-se a imigração, particularmente aquela que diz respeito a imigrantes africanos negros de língua comum (portuguesa). Quem são e por que a presença deles em solo português quebra a invisibilidade do olhar e do pensamento? Ao revelar-se, tal pensamento parece desvelar a natureza da sociedade portuguesa. Racista? Etnocêntrica? Democrática? Em luta com suas próprias contradições e conflitos? Ou tudo isso a um só tempo? Em jogo a tão propalada capacidade plástica de fácil adaptabilidade essas que tinham a ver com o mundo fora das portas. Mas porta a dentro não parece ser a mesma coisa.

Para B. Santos (1995), a cultura de um dado grupo social não é nunca uma essência. É uma autocriação, uma negociação de sentidos, compreensíveis apenas na trajectória histórica

²⁷ No seu mais recente trabalho, Fernando Luís Machado defende que Portugal continua sendo uma nação que no seu todo é relativamente homogénea e que só é multicultural regionalmente, quer dizer, em bolsões mais urbanizados, como Lisboa, Porto e parte do Algarve, no litoral. Discordo desse pensamento, posto que a história até aqui tratada mostra Portugal como multicultural desde há muito tempo e não somente pela presença ou ausência do africano e negro, não se pode esquecer que o próprio imigrante português, mesmo a distância, altera as relações que tem com sua pequena aldeia e a vincula, mesmo que parcialmente, a um mundo maior e não português. Penso que considerar «regiões de multiculturalidade» dentro de uma totalidade mais uniforme é uma armadilha posta pelo ponto de vista quantitativo que desconsidera o âmbito maior da influência cultural e o facto de as culturas não serem fechadas. E, mais, ao contrário do discurso de Barreto, a colonização colocou Portugal no mundo e trouxe para dentro de suas fronteiras a realidade de muitos outros povos, como bem coloca a obra já citada de Omar R. Thomaz (v. *Fernando Luís Machado, Contrastes e Continuidades, Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal, tese de doutoramento em Sociologia, ISCTE, 1999, inédito*).

²⁸ Na sua obra *Os negros em Portugal: Uma presença Silenciosa* (1988), Tinhorão refere uma presença significativa de negros em Portugal anterior ao século XVI e revela que muitos escravos negros serão posteriormente reconhecidos como nascidos em Portugal.

dos grupos e da oposição desses grupos no sistema mundial. Assim, para esse autor, «a cultura portuguesa não se esgota nos portugueses e, vice-versa, a cultura dos portugueses não se esgota na cultura portuguesa». Mais do isso, «as aberturas específicas da cultura portuguesa são, por um lado, a Europa e, por outro, o Brasil e, até certo ponto, a África» (p. 148).

«Até certo ponto», a expressão mostra que Portugal constitui um universo do qual fazem parte «outros» sujeitos sociais e que esses «outros» podem ser pensados em acordo a épocas e interesses específicos.

O que os dados mostram é que Portugal foi sempre quase uma sociedade plural. Dentre as nações da União Europeia, Portugal é, talvez, aquela que se defronta com as multiplicidades de origens na composição da população, quer seja ela de nacionais, os chamados «lusos», ou ainda de conjunto que aí reside, representado por «naturais» de outros países. Todos fundamentais para os processos de auto-identificação como portugueses. O desafio para o português «lusos» - está em que o estranhamento desse outro tão diferente de sua própria imagem no espelho, aparentemente distante, lhe é igualmente próximo. O português de Portugal se vê como parte do mundo do outro, seja pela história colonial ainda tão próxima, seja como disse uma entrevistada, «o facto é que eu tenho um passado». O que quer dizer que há um passado da nação portuguesa, mas que não é só dela, é de indivíduos e famílias que viveram por muito tempo nos países africanos e Lusófonos colonizados por Portugal, e mesmo são muito deles «lusos de origem africana», isto é, nascidos em qualquer dos países Lusófonos, portanto, ser tão diferente do outro e saber-se tão próximo gera sentimentos e relações um quanto ou tanto ambíguos de ambas as partes. Parece que Portugal, como nação e nação europeia, membro da UE e por ela regida, e o povo português, ansioso pelo reconhecimento, afinal, de sua «europeidade», vêm no seu outro no espelho, a um só tempo não igual e tão diferente, uma ameaça que urge e clama por uma solução.

Assim, do ponto de vista da nação Portuguesa, africanos negros em Portugal constituem um grave problema social e a sua presença demanda políticas públicas necessárias para que Portugal deixe de ser um país «diferente» e se faça, definitivamente, europeu. Uma vez mais, será preciso transmutar-lhe, não a forma, como bem lembra Boaventura Sousa Santos (1996), mas os conteúdos. É preciso, portanto, reordenar os espaços, refazer os cenários, operando uma translação das funcionalidades exercidas por migrantes extracomunitários. Para Santamaria (1998), a funcionalidade económica nacional dos migrantes é dependente de uma funcionalidade transnacional que se reveste cada vez mais de uma funcionalidade simbólica e coloca em jogo uma utilidade identitária do migrante pelo facto de que não mais se pode negar: eles vêm e permanecem em solo europeu.

Segundo Pereira (2001, p. 15), tornam-se sujeitos da «ameaça que se supunha haver sido eliminada da história» e, com ela, «a perplexidade, a revolta, a preocupação, a angústia e o temor alcançam as pessoas, grupos, povos, nações», seu nome: racismo. Como diz autor, «até aonde se pode documentar [o racismo] constitui um fenómeno tão velho quanto a própria história da humanização, se for encarado como uma das múltiplas faces do conhecido e universal etnocentrismo, componente das experiências históricas de todos os povos» (Pereira, 2001, p. 15).

CAPÍTULO II

6. A imigração angolana em Portugal

Angola, é no presente um país africano, membro regional da embrionária União Africana mas também da CPLP, onde a presença e hábitos portugueses ainda muito dominantes começou há cinco séculos²⁹ e se manteve de forma violenta o que naturalmente influenciou profundamente a evolução da sua matriz.

Na “História de Angola “, de Elias Alexandre da Silva Correia, publicada na Colecção dos Clássicos da Expansão Portuguesa, vamos encontrar números curiosos sobre o comércio dessa época (1787). Reduzia-se então o comércio, ao tráfico de escravos e seus alimentos, ao marfim e à cera. Rendia a mercadoria humana, que se exportava, pelos dois portos de Benguela e Luanda, 144 contos anuais. O marfim era também receita do Estado, e pela Fazenda eram remetidos os recursos daí resultantes, ao erário de Lisboa. Nessa época as despesas e receitas com o então Reino de Angola davam ao Império Portugal um saldo positivo de 162 contos (162.131\$540 rs.), mas foi após a independência do Brasil que a fixação de portugueses teve maior expressão, sobretudo já após a segunda guerra mundial facto que justifica ter sido “de Angola” que após a independência, veio a quase totalidade dos “retornados”, 61% respectivamente de um contingente estimado em mais de meio milhão de pessoas” (Machado; 1994: 115), ou como comprova o facto de 68% dos retornados com idade superior a 15 anos, em 1981, ter nascido em Portugal {“metrópole” [Baganha; Ferrão; Malheiros {coord. 2002].

Esta presença de portugueses mais alargada em Angola do que nas restantes ex – colónias conduziu a que a miscigenação racial também aí tivesse sido mais significativa, facto amplamente utilizado pelo Estado Novo como propaganda política de um Império em harmonia, procurando transmitir uma imagem idílica que não correspondia obviamente à realidade. Não obstante, não deixa de ser verdadeira a afirmação de ter ocorrido um número considerável de relacionamentos entre portugueses e angolanos. “Estas famílias mistas... (foram geralmente) ... resultado da relação entre um europeu e uma mulher africana (o contrario foi muito mais raro), tendo casado ou vivido juntos. Se muitas vezes o homem não assumia essa relação, assumia geralmente a descendência. Os descendentes dessas ligações, em certos casos muito numerosos, tendem a conhecer alguma promoção social, num quadro de relações raciais do tipo colonial” (Machado; 1994: 118).

Por outro lado, nasceram em Angola muitos portugueses de origem não africana. O facto de muitos destes indivíduos com famílias mistas, ao abrigo da Lei Nacionalidade de 1975, poderem manter a nacionalidade portuguesa, o mesmo acontecendo, em menor número, a

²⁹Muitos historiadores apontam 1575 como o marco inicial da ocupação portuguesa em Angola, por ter sido este o ano em que os Português iniciaram a conquista do reino N’dongo, localizado entre os rios Dande e Quanza, um dos principais reinos então existentes neste território .

alguns indivíduos sem ascendência portuguesa que se integravam nos “casos especiais”, faz com que actualmente seja impossível distinguir nos estudos efectuados os indivíduos de origem portuguesa nascidos nas ex – colónias e os de origem africana e nacionalidade portuguesa que na altura da descolonização optaram por se fixar em Portugal, ou seja, os “retornados” não brancos que Fernando Luís Machado [1994] designa por luso – angolanos. Segundo este autor, os lusos – angolanos distinguem-se então dos imigrantes dos respectivos países de origem por possuírem nacionalidade portuguesa e genealogias racialmente miscigenadas e por apresentarem, na maior parte das vezes, uma melhor condição social, quer ao nível dos graus de escolaridade e estatuto profissional, quer ao nível das áreas de residência³⁰.

Antes da independência da República de Angola, residia já em Portugal uma população de naturais de Angola constituída essencialmente por estudantes universitários que vinham para as universidades da “metrópole”, nomeadamente para Lisboa e Coimbra, uma vez que não existiam estabelecimentos de ensino superior nos territórios coloniais. Com a revolução de Abril de 1974, e a independência dos Novos Estados, deu – se a transferência maciça de população residente nestes territórios para Portugal, entre a qual se conta um número bastante significativos de luso-angolanos³¹. Assim, cria-se uma comunidade composta por indivíduos de origem angolana instalados no País antes de 1974 e por “retornados” com ascendência angolana (e muitos casos com ascendência portuguesa também) que apesar de ter nacionalidade portuguesa (mantida ao abrigo da Lei da nacionalidade de 1975) constitui a base para estabelecimento de uma corrente migratória posterior.

De acordo com essa mesma fonte, 1976 foi o único ano, de entre os que possuem estatísticas disponíveis, em que se detectou um maior número de saídas do que de entradas de angolanos em Portugal, situação que, de acordo com estudo realizado em 1989 pela Associação Cultural e Recreativa Angolana (ACRA), está relacionada com o regresso a Angola de um longo número de indivíduos residentes em Portugal antes do 25 de Abril³² (estudantes, futebolistas, etc.), que decidem então, regressar para reconstrução [Cordeiro; 1989; não publicado].

O grupo de luso – angolanos chegados no período imediatamente posterior ao processo de descolonização deve o motivo da sua vinda para Portugal ao agravamento das condições de vida

³⁰ É importante, contudo, esclarecer de que nem todos os indivíduos de origem angolana que chegaram a Portugal no período do pós – 25 de Abril de 1974 têm uma condição sócio – económica superior aos angolanos que migram posteriormente. Com efeito, não nos podemos esquecer de que partes dos bairros mais problemáticos da Áreas Metropolitana de Lisboa tiveram a sua génese nesta altura.

³¹ Fernando Luís Machado (1994) refere que mais de 30000 pessoas adquiriram ou conservaram nacionalidade portuguesa no período decorrido entre 1976 e 1989 ao abrigo da Lei da Nacionalidade então em vigor, sabendo-se igualmente que a maioria destes é luso - angolanos e luso - Moçambicanos, as duas ex-colónias onde a fixação de portugueses teve maior expressão.

³² A primeira parte do romance A Geração da Utopia, do escritor angolano Pepetela, retrata bastante bem a vida de alguns jovens angolanos residentes em Lisboa na altura do início da guerra colonial.

e ao sentimento de insegurança provocada pela violência da guerra civil. Tal como é referido no relatório de investigação de Carlos Madeira integrado no projecto «Portugal Plural» dedicado ao estudo de uma Comunidade Luso - Angolana residente em Leiria, esta foi uma imigração forçada e não preparada (tanto que muitos não trouxeram consigo os seus haveres).

O facto das condições sócio – políticas nunca se terem estabilizado, conjugava-se com motivos de natureza económica e com processos de reunificação familiar e contribui para a manutenção dos fluxos migratório até à actualidade. Aos indivíduos que vieram para Portugal nos anos 70, continuaram e continuam a juntarem – se outros angolanos, engrossando esta comunidade.

Ano de chegada	Nº	%
Anterior a 1974	8	1,3
1974 – 1975	47	7,3
1976 – 1979	17	2,7
1980 – 1984	55	8,6
1985 – 1989	71	11,1
1990 – 1994	172	26,9
1995 – 1999	220	34,4
2000 – 2001	50	7,8
Total de Respostas	640	100,0
Naturalidade Portuguesa	220	21,9
Sem Resposta	146	14,5
Total Geral	1006	100,0

Fig.ª 6: Fonte: Inquérito a Descendentes de Angolanos e de Luso – Angolanos Residentes na Área Metropolitana de Lisboa [2000/2001]

7. Dimensão da Comunidade Angolana

Os dados recolhidos pelos Serviços Estrangeiros e Fronteiras, indicam a existência em território português de 32 728 indivíduos com nacionalidade angolana e estatuto Legal de residente em 2007, afirmando-se deste modo como a terceira comunidade mais numerosa em Portugal

Outro dado importante é o significativo crescimento registado pela Comunidade, detectando as estatísticas do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras um incremento de 96,5% no contingente de angolanos durante a última década para o qual conhecemos informação (entre 1994 e 2007), afirmando-se assim como a terceira comunidade, entre as 10 mais numerosas, a registar o maior crescimento (o volume e nacionais do EUA cresceu 110,9% e de Santomenses 109,6%, no mesmo período).

Assim, em termos de quantitativos, à semelhança do que se afirmou para o conjunto das comunidades estrangeiras em Portugal, também no caso dos angolanos a verdadeira dimensão da comunidade é superior à do que estes números indicam, pois abrange igualmente angolanos portadores de vistos ou autorizações de permanência e um grupo de dimensão indeterminada de

indivíduos de nacionalidade angolana com nacionalidade portuguesa (portugueses de nascimento ou de naturalizados) e, à semelhança das restantes comunidades africanas, uma forte proporção de clandestinos [Bastos; Bastos; 1999].

Tal, como já afirmado anteriormente, o elevado número dos clandestinos na comunidade angolana ficou comprovado nas campanhas de regularização extraordinária de imigrantes de 1992/93 e 1996, nas quais os indivíduos de nacionalidade angolana foram aqueles que em maior número solicitaram a regularização da sua situação legal. Foram então apresentados, respectivamente, 12525 pedidos, que representarão 32,0% do total de solicitações do primeiro processo, 9255 pedidos, que significam 26,4% do total em 1996.

Se adicionarmos os pedidos de regularização extraordinária apresentados em 1996 por cidadãos angolanos ao total de 16 282 angolanos indicado para a mesma data pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteira, obtemos um efectivo de nacionais angolanos de mais de 25 500 pessoas, para 1996.

Segundo os dados mais recentes apresentados pelo Relatório anual do SEF referente a 2007 os valores das presenças legais de cidadãos angolanos em Portugal são representados pelos seguintes números:

Angolanos com estatuto legal em Portugal	Ano de 2007
Homens	17 610
Mulheres	15 118
Total Geral	32 728

Fig.ª 8: Fonte: INE/SFE

Por outro lado, temos um segundo indício da forte subvalorização desta comunidade na análise dos dados, já um pouco desactualizados, da base do Entreculturas, do Ministério da Educação, relativos ao número de alunos pertencente aos grupos étnico – culturais mais significativos no país inscritos nas escolas públicas não superiores. Esta fonte adopta a origem familiar dos alunos³³ como critério para a constituição dos diversos grupos étnico - culturais, o que, no caso dos imigrantes é transversal à nacionalidade e naturalidade, afirmando-se como a fonte oficial que utiliza o critério mais aproximado do definido por esta tese de Mestrado para a produção de estatísticas. Desta forma, constata-se a existência de quase tantos registos de alunos angolanos inscritos no ensino público obrigatório e secundário, universidades públicas e privados no ano lectivo de 2006/2007, quanto de angolanos com residência legal identificado pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, em 2007. Nesse ano lectivo a comunidade angolana

³³ Pelo menos um dos progenitores deverá ter origem no respectivo grupo étnico - cultural.

era, de acordo com esta base de dados, aquela que tinha maior representatividade em termos de número de alunos nas escolas portuguesas.

Muitas estimativas têm sido nos últimos anos avançadas, apontando contingentes muito diversos. A publicação Portugal Multicultural (1999) defende a pertinência de uma estimativa avançada em 1994 pelo CEPAC que indicava a existência de mais de 40 mil indivíduos de origem angolana residentes em Portugal, ou seja, mais do dobro dos números avançados pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Esta mesma investigação afirma que a Embaixada da República de Angola em Portugal aponta para um universo de 22 mil cidadãos de nacionalidade em Abril de 1997.

Independentemente das diferenças entre os valores provenientes de cada uma das fontes – que, importa sublinhar, não são directamente comparáveis pois referem-se a universos diferentes – , verificamos existir um forte crescimento da comunidade em Portugal, visto que em qualquer das fontes o seu número de membros aumentar significativamente em apenas uma década. Este facto significa que mais angolanos continuam a chegar a Portugal.

A comunidade angolana entre as comunidades dos países Lusófonos, é aquela que apresenta uma maior dispersão pelo território português [com concentrações relevantes no Norte, Centro e Sul de Portugal], ela continua, tal como as outras comunidades africanas, a residir nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto³⁴.

A evolução da distribuição regional tem vindo a reforçar esta concentração. Por este motivo, determinou-se que o estudo fosse o mais abrangente possível. Importa acrescentar que a opção pela comunidade angolana como caso de estudo trouxe algumas dificuldades adicionais no que respeita à delimitação de quem deveria ser considerado numa investigação desta natureza. Essas dificuldades são essencialmente derivadas do facto desta comunidade incluir um número significativo de lusos - angolanos (Machado; 1994) ou seja indivíduos de origem genealógica angolana (embora por norma racialmente miscigenados) que vieram para Portugal no momento imediatamente posterior ao processo de descolonização, e como consequência directa deste processo.

Para autores como Beatriz Rocha - Trindade “Emigrar quer dizer (...) deixar a pátria, terra própria para se refugiar, trabalhar temporariamente ou estabelecer residência em países estrangeiros” (1995:

Os membros deste grupo de descendentes de imigrantes angolanos, poderão igualmente possuir nacionalidade portuguesa ou terem nascido em qualquer outro país Lusófono, desde que

³⁴ Em 1999, nas áreas de Lisboa e de Setúbal residiam legalmente 81,2% dos indivíduos de nacionalidade angolana contabilizados pelos serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), tendo essa população subido para 83,2%, em 2004 [dados provisórios]. Os censos de 2001 indicam, por sua vez, que na NUT II Lisboa (composta pelas III Grande Lisboa e Península de Setúbal e que correspondem, grosso modo, AML) residiam 74,7% dos nacionais angolanos presentes em Portugal.

um dos ascendentes seja angolano. Foi adoptado este conceito de descendentes de indivíduos angolana em sentido lato, porque tal como acontece com os filhos de imigrantes nascidos em Portugal foi aqui que decorreu o processo de socialização primária, foi este o país onde cresceram, estabeleceram as suas relações sociais e, onde vivem experiências problemas semelhantes aos enfrentados pelo primeiro grupo. Também para eles a migração não foi uma escolha pessoal, mas sim uma opção da sua família. A influência da migração nas suas vidas deverá actuar de modo análogo, ou pelo menos tenderá a ser maior a semelhança com o grupo de indivíduos nascidos em Portugal do que com o grupo a que pertencem os seus pais. Assim, na tentativa de conhecer o processo de inserção destes imigrantes, nos seus vários níveis, pretendeu-se:

São muitos e variados os exemplos de uma ou outra óptica de influência do espaço territorial na adaptação dos imigrantes. Por um lado, pode-se referir que a residência em bairros degradados poder-se-á afirmar como uma barreira à inserção social e profissional, sendo os seus habitantes marginalizados pela opinião pública, ou ainda o facto da escola frequentada [e o ambiente existente] influenciar os resultados escolares destes jovens. Por outro lado, como exemplo de efeito da inserção sobre o território, podemos referir que a situação de mudança para um bairro, ou para um outro espaço dentro do mesmo bairro, é uma demonstração pública de que o processo de inserção está a ter resultados positivos. Um outro impacto dos imigrantes e seus descendentes sobre o território, infelizmente muito frequente, é facto da concentração dos grupos de imigrantes em dado local poder conduzir à desvalorização social e económica [preço dos terrenos e do edificado] desse mesmo território.

É necessário esclarecer que a inserção é aqui encarada como um processo complexo e que decorre a vários níveis que, embora se possam influenciar mutuamente, são amplamente distintos e apresentam diferentes graus de intensidade. Neste estudo dá-se especial atenção à inserção social, tentando-se perceber a posição destes indivíduos na sociedade.

8. A Distribuição Geográfica da Comunidade Angolana em Portugal

A população angolana, tal como as restantes populações africanas, concentra-se maioritariamente na Área Metropolitana de Lisboa, sendo os distritos de Lisboa e Setúbal, de acordo com os dados dos Serviços Estrangeiros e Fronteiras, o local de residência de aproximadamente de 83% dos indivíduos de nacionalidade angolana com estatuto legal de residente em 2007, Também a evolução da sua distribuição geográfica se tem orientado no sentido da sua concentração nestas áreas urbanas (em 1990, estes dois distritos eram local de residência de somente 68,2% dos angolanos residentes no Países e, em 1994, de 78,5%).

A comunidade angolana continua a ter uma maior dispersão pelo território português do que o conjunto das comunidades dos cidadãos africanos dos países Lusófonos, apresentando

ainda concentrações relevantes no Norte e Centro de Portugal. Os dados do último recenseamento mostram que cerca de ¼ dos angolanos reside fora da NUT II Lisboa (que corresponde, grosso modo, à Área Metropolitana de Lisboa), proporção que, entre os Países africanos Lusófonos, apenas é ultrapassada pelas correspondentes aos cidadãos moçambicanos (actualmente, a nacionalidade dos Países africanos Lusófonos menos representado em território nacional).

Distribuição Geográfica da Comunidade Lusófonos

Origem	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Reg. Autó
Angola	10,3	8,9	74,7	2,2	3,3	0,6
Cabo Verde	2,1	2,7	86,5	2,4	5,7	07
Guiné - Bissau	3,8	4,8	85,1	5,5	3,4	1,1
Moçambique	17,2	14,4	58,6	5,3	3,4	1,1
S. Tomé e Príncipe	2,5	4,1	91,4	0,8	1,2	0,1
Total Estrangeiros	14,9	12,7	55,3	4,1	10,5	2,6

Fig.^a 9: Fonte: INE, Censos e SEF

A grande dispersão geográfica da população angolana pode ser motivada por um estratégia, não utilizada pelas restantes comunidades, de procura de apoio entre os retornados de Angola e os Luso – angolanos dispersos pelo País, com os quais existem prováveis laços de amizade e parentesco [Bastos; Bastos; 1999]. Após o êxodo de 1974, parte destes indivíduos foram assistidos e distribuídos pelos vários alojamentos disponíveis que se encontravam dispersos pelo país. Os indivíduos que possuíam familiares de origem portuguesa buscaram igualmente apoio junto dessas pessoas que, naturalmente, não se encontravam todas na região de Lisboa. Criou-se, deste modo, vários focos de angolanos dispersos pelo território português, que serviam de apoio a chegadas posteriores, embora tenham vindo a perder importância relativa porque as chegadas de novos indivíduos têm vindo a privilegiar a região lisboeta como áreas de residência. Além destes há um conjunto de indivíduos constituído por luso – descendentes nascidos em Angola considerados como retornados após a descolonização e não naturalizados (Bastos; Bastos; 1999).

Podemos afirmar, que também na área metropolitana de Lisboa, a dispersão dos angolanos é maior em relação ao conjunto das cinco comunidades dos países africanos Lusófonos. Através de quocientes de localização, indicador que relaciona o peso da população com nacionalidade angolana na população total de cada freguesia com o peso da população com nacionalidade angolana no conjunto da população da Área Metropolitana de Lisboa, identificam-se concentrações nas freguesias de Charneca (Concelho de Lisboa), do Vale da Amoreira (Moita), do Pragal (Almada), Prior – Velho ou Sacavém (Loures), Buraca (Amadora) e Monte Abraão (Sintra).

Apesar das grandes concentrações de angolanos, recorrendo ao estudo “Os números da imigração africana”, do CEPAC (1994), que oferece dados desagregados por bairros³⁵ verificamos que, ao contrário do que acontece com os cabo-verdianos, a esta data não se encontram bairros exclusivamente (ou quase) habitados por população angolana. Por exemplo, no vale da Amoreira, onde este estudo detecta a maior concentração de angolanos (segundo o CEPAC, aqui residem 3020 angolanos) estes representam apenas 62,9% da população africana residente no bairro.

A inscrição de um número muito alargado de descendentes de angolanos e de luso – angolanos num único estabelecimento de ensino do bairro é um indicador da grande importância em termos residenciais do Vale da Amoreira para a Comunidade angolana.

População Angolana por Concelho da Área Metropolitana de Lisboa – 2000 e 2007

	20001				Varição
	Nº	%	Nº	%	199-01
Amadora	2483	9,0	528	10,6	370,3
Cascais	10,21	3,7	357	7,2	186,0
Lisboa	2681	9,7	1090	22,0	146,0
Loures	3103	11,3	873	17,6	536,3
Odivelas	2452	8,9	-	-	-
Oeiras	971	3,5	386	7,8	151,6
Sintra	8019	29,1	394	7,9	1935,3
Vila F. Xira	938		202	4,1	364,4
Grande Lisboa	21668	78,6	3830	77,1	465,7
Alchochete	12	0,0	1	0,0	1100,0
Almada	1476	5,4	316	6,4	367,1
Barreiro	545	2,0	114	2,3	378,1
Moita	957	3,5	273	5,5	250,5
Montijo	115	0,4	38	0,8	202,6
Palmela	116	0,4	51	1,0	127,5
Seixal	1770	6,4	180	3,6	883,3
Sesimbra	155	0,6	23	0,5	573,9
Setúbal	758	2,7	139	2,8	445,3
Península de Setúbal	5904	21,4	1135	22,9	420,2
Total:	27572	100,0	4965	100,0	455,3

Fig.^a 10: Fonte: INE, Censos 2001 e 199136 SEF.

³⁵ Através deste estudo é possível conhecer a distribuição dos 32 728 angolanos residentes nos bairros pobres dos distritos de Lisboa e Setúbal, população que corresponde a 18,5% da população africana residente nestes mesmos bairros. Este estudo abrangeu um conjunto de 106 bairros. Encontram-se angolanos em 86 destes 106 bairros.

³⁶ O Concelho de Mafra, actualmente pertencem à NUT III Grande Lisboa, em 1991 estava Integrado na NUT III Oeste, pelo que não foi considerado neste quadro. Podemos, todavia, acrescentar que 2001

9. Características Demográficas e Económicas da Comunidade Angolana

Os vários estudos mostram que a Comunidade angolana possui um conjunto de traços que a distingue do conjunto de imigrantes dos outros países africanos. Estas diferenças estão, relacionadas com a história da emigração angolana, consideravelmente atípica face à tradicional emigração por razões de natureza económica, pois são migrações intimamente relacionadas com factores de ordem sócio política, com a instabilidade social e com o clima de insegurança vivido no território de origem (motivos que se devam também misturar com razões de ordem económica). Assim, as grandes diferenças detectadas nas estatísticas entre a comunidade angolana e as restantes comunidades dos Países africanos da Lusofonia tem vindo a atenuar-se e a comunidade tem vindo a adquirir os traços típicos das migrações económicas. O Recenseamento Geral da população referente a 2001, verifica que a Comunidade é bastante mais jovem do que a população portuguesa e também do que das restantes comunidades dos países africanos da Lusofonia, exceptuando a guineense. Note-se que 77,9% dos indivíduos recenseados tinha menos de 35 anos, proporção que entre todos os países africanos é a maior (incluindo relativamente aos nacionais da Guiné-Bissau).

Se observarmos a população abrangida no próximo quadro, que possui a vantagem de incluir indivíduos de origem angolana com nacionalidade portuguesa, constatamos estarmos perante uma população bastante jovem. Relembro, mais uma vez, que a estrutura etária desta amostra encontra-se um pouco distorcida pelo facto da maioria dos agregados familiares considerados incluírem pelo menos um indivíduo em idade escolar, o que explica o peso reduzidos da classe etária dos 25 aos 34 anos, indivíduos que aproximadamente terão ainda poucos filhos a frequentar estabelecimentos de ensino do 3º ciclo do ensino básico ou secundário, os locais privilegiados na recolha de informação

Nível de instrução da Comunidade Angolana Residente na Área Metropolitana de Lisboa

Inferior ao 1º ciclo	Não Estudantes	Estudante	Total
1º Ciclo	2,3	12,5	8,9
2º Ciclo	24,4	13,6	17,6
3º Ciclo	18,2	29,7	25,0
Ensino Secundário	21,3	1,8	9,0
Frequência ensino superior	1,9	7,4	5,3
Ensino Superior	10,1	0,2	3,7
Total de Respostas	100,0	100,0	100,0

residiam neste concelho 85 pessoas de nacionalidade angolana, o que representa apenas 0,4% da população angolana residente na Grande Lisboa. Por sua vez, em 1991, o Concelho de Odivelas ainda não tinha sido criado, estando integrado no concelho de Loures. Por esta razão, a taxa de variação de Loures entre 1991 e 2001 inclui a população de Loures e de Odivelas em 2001.

Inclui 2º ciclo incompleto – Frequência 5º e 6º ano de escolaridade
Inclui 3º ciclo incompleto – Frequência 7º e 8º ano de escolaridade
Inclui Secundário incompleto – Frequência 10º e 11º ano de escolaridade
Inclui ensino técnico /profissional /médio
Inclui a totalidade dos membros com origem angolana dos agregados familiares dos inqueridos com idade igual ou superior a 10 anos.

Figuras 11 e 12 Fonte: Inquérito a Descendentes de Angolanos e de Luso – Angolanos Residentes na Área Metropolitana de Lisboa 2000/2001

Deste modo, verificamos, que o nível de instrução destes indivíduos é relativamente elevado. A proporção de indivíduos com um grau académico inferior ao 1º ciclo, se não consideramos os estudantes que com um grau de certeza muito elevado vão terminar este nível de ensino, é bastante reduzido, não ultrapassando os 2,3%. Por outro lado, há um número bastante considerável de indivíduos com um nível de escolaridade superior, enquanto muitos estudantes frequentam o ensino universitário, indo de futuro engrossar este número.

Apercebe-se também que uma parte muito significativa dos indivíduos com maior grau de instrução chegou a Portugal durante a década de 70 e tem nacionalidade portuguesa (ou dupla nacionalidade). Estes indivíduos correspondem, portanto, ao grupo de luso - angolanos de que já falámos anteriormente. Durante as décadas mais recentes, houve uma significativa diminuição da importância relativa dos activos em profissões científicas, técnicas, artísticas ou similares e, paralelamente, um acentuado aumento do grupo de profissões mais desqualificadas. No final dos anos 80 encontramos uma clara polaridade na comunidade, relativamente às ocupações profissionais. Assim, o grupo de luso – angolanos, referido como os membros da comunidade com maiores qualificações, não são considerados por estes dados, visto possuírem nacionalidade portuguesa.

10. Inserção dos descendentes angolanos e sua localização

Alguns aspectos utilizados como elementos indicadores para avaliar o grau de sucesso da inserção das comunidades imigrantes são as características do local de residência e desempenho escolar, no caso dos jovens e o perfil profissional daqueles que já trabalham.

Segundo a opinião dos dirigentes de algumas associações angolanas os grandes problemas da Comunidade Angolana residem fundamentalmente em dois tipos³⁷:

- concessão / renovação de residência;
- habitação; - educação; - emprego./trabalho

³⁷ Não se consideram os elementos altamente qualificados ou com elevado nível de vida da União Europeia e América do Norte.

A estes problemas, extensíveis aos descendentes de angolanos pelos seus pais, pode-se acrescentar outras dificuldades exclusivas dos jovens nascidos em Portugal, como crises de identidade e ausência de esperança no futuro provocada por escassez de exemplos de sucesso entre os membros destas Comunidades. Para perceber alguns traços dos processos de inserção dos jovens, iremos abordar estas questões nos pontos seguintes. O local de residência como meio de inserção dos indivíduos na sociedade, na medida em reflecte as condições do poder económico das famílias e outras características associadas, como o grau de instrução ou o grupo sócio – profissional, assumindo ainda um papel fundamental na formação da rede de contactos pessoais.

No caso dos jovens negros da segunda geração, filhos de imigrantes é comum e frequente estes frequentarem estabelecimentos de ensino implantados no bairro ou na zona de residência ou nas proximidades das áreas circundantes, e é também comum que grande parte dos seus relacionamentos interpessoais seja dessa área de residência.

As famílias dos imigrantes, em larga medida e em consequência das suas dificuldades económicas, estão claramente sob representados nas zonas marginalizadas das grandes áreas urbanas, tais como os bairros de lata/barracas ou ainda nos designados bairros de habitações sociais degradados. A Comunidade Angolana não é excepção. Este facto é comprovado na investigação realizada nas áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, verificando-se que aproximadamente de metade dos descendentes de angolanos e de luso – angolanos habita em bairros pobres e degradados ou de habitação social e também com condições de baixo nível.

Agregados familiares dos indivíduos ouvidos na Investigação e considerados descendentes de angolanos e de luso-angolanos.

Residentes na Área Metropolitana de Lisboa 2000/2001

Agregados Familiares por Tipo de Bairros de Residência	Nº	%
Bairros de barracas	12	7,6
Bairros de Habitação Social ou Estigmatizados	81	50,0
Outros Espaços Urbanos	67	41,4
Total	162	100,0

Fig.ª 13 Fonte: Investigação a Descendentes de Angolanos e de Luso-Angolanos

Importa clarificar os aspectos relativos ao quadro apresentado e as qualificações dos bairros adoptados. O conjunto de famílias classificadas (bairros de barracas) que habita na sua maioria habitações frágeis e provisórias, englobando os residentes na Quinta Grande, da Quinta do Pai lepa e da Quinta do Louro, no Concelho de Lisboa, do Prior – Velho e Apelação, no concelho de Loures, do Bairro 6 de Maio, concelho de Amadora e de Santa Marta de Corroios,

no Seixal. Todos estes indivíduos afirmaram viver numa barraca, na questão do inquérito relativa ao tipo de habitação/alojamento.

A habitação social³⁸ ou por bairros onde é claramente reconhecida a existência de problemas sociais, são locais que integram a lista de bairros degradados e números vulneráveis, foram escolhidos para fazer parte de programas de combate ou prevenção de situação de exclusão social, nomeadamente o Programa Escolhas, de prevenção da criminalidade e inserção de Jovens, do qual já fizemos referência anteriormente. Estão aqui classificados locais distintos, Chelas, Bairro da Cruz Vermelha, no Lumiar, Outorela-Portela, em Carnaxide, o Vale da Amoreira ou Baixa da Banheira, no Concelho de Moita, ou o Bairro da Bela Vista em Setúbal que, além da concentração de situações de marginalidade social, têm em comum o facto de serem associados a uma representação negativa por parte da população em geral.

Assim, temos uma categoria residual que engloba todas as áreas habitacionais não marginalizadas da Área Metropolitana de Lisboa. Existem locais diferentes como Massamá e Rio de Mouro, na linha de Sintra, Santo António dos Cavaleiros, em Loures, Vale de Milhaços, no Seixal. Devemos ainda acrescentar que aqui se encontrarão eventualmente casos de famílias que vivem em situação de degradação habitacional dispersas pelas áreas urbanas.

Nesta categoria estão também incluídos outros casos de concentração de imigrantes, por vezes elevadas, em determinadas áreas residenciais, como áreas históricas de Lisboa, tradicionalmente ocupadas por população autóctone³⁹.

Na opinião de Jorge Malheiros [1996: 49], “A instalação em certos bairros está associada as estratégias das empresas de ramo imobiliários que visam obter alguma rentabilidade dos edifícios já degradados que têm pouca ou nenhuma procura junto da comunidade de acolhimento”. Esta situação poderá, pelo menos em parte, ser a explicação da ocupação de algumas áreas centrais e degradadas da cidade de Lisboa, rejeitadas pelos descendentes da população original que procuram nos subúrbios habitações de construção recente, de maiores dimensões e mais adaptadas às necessidades do estilo de vida moderno.

O estabelecimento de relações entre o local de residência e a inserção social dos descendentes de angolanos e de luso-angolanos que aqui se pretendem apresentar segue a lógica de que a marginalidade territorial está associada a marginalidade social, entrando-se num ciclo em que um território ambiental e urbanisticamente desqualificado, pobre e degradado, alojando comunidades vítimas de problemas sociais e económicos, limita as possibilidades de inserção e

³⁸ Habitação social “[...] um tipo especial, não necessariamente homogéneo, de habitação cujas características constitutivas, de produção e consumo são definidas pelo Estado e cuja promoção dele depende ou directamente” (Cardoso; 1996:157).

³⁹ Estas concentrações podem conduzir a tensões com os residentes de origem desses locais (ANDERIESSE, et al.;1997), quer devido a choques culturais (por ex: são frequentes as queixas dos vizinhos relativamente ao facto cultural dos africanos ouvirem música muito alto e a horas tardias), quer devido aos preconceitos racistas e a medos do outro.

ascensão social destas pessoas. Simultaneamente a concretização de populações com estas características conduz a desvalorização do território em questão. A situação oposta tem igualmente validade: a residência em locais socialmente valorizados pode afirmar-se como um factor potenciador de ascensão, enquanto a concentração de grupos com prestígio social e/ou pertencentes a um estrato social elevado conduz a uma valorização desse espaço.

Desta forma, e tendo em atenção ao que foi referido anteriormente, é necessário interpretar esta concentração de famílias de origem angolana em locais desvalorizados no contexto urbano segundo duas lógicas distintas: Por um lado, a ausência de recursos, como indicador de uma situação de pobreza e das desigualdades de oportunidade que a partir daí se multiplicam, e, por outro, a interação entre o meio físico e o meio social são quase sempre muito intensas, permitindo ou não “(...) a segurança física e psicológica, a existência de relações comunitárias, a afirmação e apropriação, a expressão de sentimentos de territorialidade que ultrapassam o âmbito do espaço doméstico (...) a mobilidade geográfica e social e o desempenho das actividades quotidianas...” [Cabrita et al., 1998: 162].

Apesar da diminuição da existência de bairros degradados e pobres da Área Metropolitana de Lisboa, com a aplicação do programa Especial de Realojamento⁴⁰, de 1996, e da sua variante PER/famílias. Contudo, o número de famílias de origem angolana que vivia nestas condições é muito significativo, aproximadamente de [8,6%].

Há ainda que ter em atenção os modelos seguidos nos realojamentos. Portugal assumiu o problema de realojamento como uma mera questão de fundos e de construção, alheio às pessoas a que estas residências se destinavam. Isto conduziu a que hoje se esteja a enfrentar problemas que outros países acautelaram. Copiou-se um modelo utilizado em alguns países Europeus, tais como França, Itália, Reino Unido, de demolição de bairros construídos nos anos 50 e 60. Estes países estão a desenvolver programas de reabilitação urbanística, habitacional e social que assumem custos superiores aos da própria construção. Ainda não houve reconhecimento de que a questão de realojamento é, antes de mais, um problema social e não um problema de edifícios, “isto porque as pessoas ainda não são coisas que se colocam em gavetas”. [Guerra; 1994:11].

Nos modelos seguidos em Portugal, identificam-se alguns aspectos negativos. Desde logo, a segregação de muitos destes bairros, que são construídos em áreas periféricas das grandes cidades, afastados do restante tecido urbano e sem grandes relações com ele, a falta de ligações condignas com o restante tecido urbano, com consequências desastrosas nas

⁴⁰ Programa Especial de Realojamento, que visava o realojamento, até o ano de 2000, de todos os residentes em bairros degradados nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. A legislação de 1976, deliberava que o acesso à habitação social se destinava aos cidadãos nacionais. O PER ultrapassa estas restrições, pois tem como objectivo a erradicação das barracas existentes nas Áreas Metropolitanas, sendo uma parte muito significativa das populações destes bairros precisamente constituída por imigrantes de origem africana.

deslocações para o trabalho, escolas e hospitais dos residentes nestas urbanizações, contribui para que estes lugares se fechem sobre si mesmos.

Colocam-se também algumas questões relacionadas com a multiplicidade da arquitectura, uma vez que a generalidade dos bairros sociais reconhece-se pela uniformidade e, em alguns casos, pela densificação⁴¹. São, assim, estigmatizados como bairros dos pobres. Há também a registar o mau acabamentos das construções dos prédios sociais (onde se utilizam materiais de baixo custo e de muito fraca qualidade o que conduz a uma rápida degradação dos apartamentos. A imagem é, de uma selva de betão, monocromática ou pelo contrário contrastante pelas cores aberrantes, como exemplo o bairro Condado, antiga Zona J de Chelas. Muitas vezes notam-se a falta de equipamentos e estabelecimentos comerciais básicos. Nestes bairros, quer de barracas, quer sejam de habitação social, encontram-se entre condições de habitabilidade deficientes e um conjunto de problemas sociais, como o desemprego, o analfabetismo, a pobreza, a toxicodependência, etc. Esta conjugação conduz, então, a que os respectivos habitantes se encontrem em posição de vulnerabilidade face às situações de exclusão social, enquanto que aos bairros está associado um estigma social, uma factor potenciador de exclusão, reduzindo qualquer possibilidade de encontrar emprego ou limitar a convivência social fora do meio habitual.

Zhou [1997] defendia que a concentração de imigrantes em bairros degradados e segregados pode provocar o contacto directo dos descendentes de imigrantes com os grupos desfavorecidos e marginalizados também residentes nas áreas. Estabelecendo-se assim, um condicionamento dos contactos sociais e a criação das suas expectativas de acordo com o ambiente que os rodeia, marcado por pobreza e poucas oportunidades de mobilidade ascendente. É nestes meios que é maior o aparecimento de uma cultura de revolta e oposição aos valores dominantes da sociedade de acolhimento que os marginalizou. Por falta de referências os descendentes tornam-se mais revoltados dos país que é também seu. Possuem, expectativas mais elevadas do que os seus pais, não aceitando com a mesma resignação uma condição social inferior à da média Portuguesa.

É normalmente uma cultura em que alguns dos elementos simbólicos da cultura africana são recriados e incorporados outros elementos, nomeadamente os que provêm da imagem que chega da cultura de gueto. A relação dos descendentes com o Bairro e com o espaço habitacional, é portadora de símbolos que têm a ver com o seu imaginário e com as suas estratégias de transformação, quer do espaço edificado quer da sua mobilidade social e residencial “ [Paiva, 1997:236].

⁴¹ Ressalve-se que, em contextos de urgências, a habitação colectiva foi importante para a satisfação das necessidades mais básicas.

O desejo de sair do bairro, surge como um objecto muito importante, a mobilidade dentro do mesmo meio para outro conjunto habitacional assume relevância, também acontece a outras escalas, também ao nível local, e mais concretamente no seio das grandes habitações sociais, o espaço não é homogêneo, existem subconjuntos habitacionais que, para os residentes, são claramente distintos.

Wacquant [1993], aborda a temática no seu artigo, procurando desenvolver uma comparação entre os subúrbios de Paris e os guetos norte americanos. Constata que para os residentes dos bairros de habitação social a nordeste de Paris, conotado com o crime e a pobreza, a mudança de casa para outro quarteirão, mesmo mantendo residência no bairro, pode ter o mesmo significado que um recomeço da vida noutra local. Na tentativa de sair deste espaço, os residentes vão estabelecendo micro-hierarquias locais, pelo que a mudança de residência para outra rua do bairro pode demonstrar algumas ascendências sociais.

Não obstante, verificamos que a maioria dos inquiridos, qualquer que seja o tipo de bairro onde reside, afirma gostar de viver aí. Como seria de esperar, verificamos, contudo, haver uma forte relação entre o tipo de bairro e a importância das pessoas que dizem gostar do local de residência, assim como os motivos que são apontados para justificar o sentimento relativo ao local de residência. Conforme se consideram os bairros pobres e degradados, de habitação social ou estigmatizados e os restantes bairros, vai se notando muitas pessoas que afirmam estarem satisfeitas com o local onde vivem.

Opinião em relação ao local de residência

	Total		Barracas		Hab. Social		Outros	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Gosta	134	80,2	9	56,3	62	74,7	63	92,6
Amigos	54	40,3	5	55,6	28	45,2	21	33,3
Bom ambiente	40	29,9	2	22,2	15	24,2	23	36,5
Agradável	14	10,4	0	0,0	5	8,1	9	14,3
Residência longa duração	18	13,4	2	22,2	10	16,1	6	9,5
Equipado	9	6,7	0	0,0	3	4,8	6	9,5
Ocasionais	4	3,0	0	0,0	3	4,8	1	1,6
Não responde	19	14,2	1	11,1	3	4,8	0	0,0
Não gosta	29	17,4	6	37,5	18	21,7	5	7,4
Com má vizinhança	9	31,0	1	16,7	8	44,4	0	0,0
Sem condições	6	20,7	5	83,3	1	5,6	0	0,0
Mau ambiente/violência	5	17,2	1	16,7	4	22,2	0	0,0
Casa Pequena	3	10,3	0	0,0	1	5,6	2	40,0
Sem amigos	3	10,0	0	0,0	2	11,1	1	20,0
Outro	2	6,9	0	0,0	1	5,6	1	20,0
Não Responde	4	13,8	0	0,0	3	16,7	1	20,0
Sem Resposta	4	2,4	1	6,3	3	3,6	0	0,0
Total Inquiridos	167		100,	100,	100,	83	68	100,

Fig.^a 14 Fonte: Inquérito a Descendentes de Angolanos e de Luso-angolanos Residentes na Área Metropolitana de Lisboa (2000/01)

Para a generalidade dos descendentes inquiridos, o motivo mais frequentemente apontado para o facto de afirmarem gostar do local de residência relacionam-se com os demais residentes do bairro, tanto no geral, como por ser também o local de residência dos amigos. No entanto, enquanto que, para os residentes em bairros de barracas e pobres ou de habitação social esta razão tem um peso muito superior às restantes, para os habitantes de bairros de outro tipo, o bom ambiente do bairro e o facto de ser um local tranquilo, supera, ainda que muito ligeiramente, o factor vizinhança.

Um outro conjunto de aspectos também com alguma importância como explicação da satisfação com o bairro consiste no hábito e no facto deste ter sido o local onde cresceu ou onde sempre residiu. Aos descendentes que afirmam não gostar do bairro onde vivem, no caso dos que vivem nos bairros de barraca pobres, ou falta de condições habitacionais, as referências mais comuns relacionam-se com a má vizinhança.

11. Os jovens e o ensino

A escola assume um papel preponderante na vida destes descendentes, na medida em que é o principal local de contacto entre os filhos dos imigrantes e os restantes jovens da comunidade de acolhimento. Desempenha, por isso, a importante função de socialização, integrando as crianças e os jovens no seu grupo etário e nos códigos e comportamentos característicos desse grupo independentemente das diferenças étnicas e culturais. Assim, a escola, conjuntamente com a família, é um bastião de transmissão de cultura, conhecimento e normas de comportamentos. Da criança é esperado que conjugue estes dois mundos culturais, inserindo – se no meio envolvente e, paralelamente, adquirindo o capital cultural herdado da família [Gokalp; 1988].

Sendo a maioria dos descendentes de imigrantes em Portugal bastante jovem, a escola torna-se um espaço privilegiado no diagnóstico do seu processo de adaptação, da avaliação do seu rendimento escolar. Por outro lado, os resultados escolares são também um indicador da diferenças entre os estudantes, das desigualdades potenciais na sua adaptação económica e social, da probabilidade de sucesso ou insucesso a longo prazo, da possível mobilidade profissional [Portes; Macleod; 1999].

Assim e pelas razões invocadas, a grande maioria das investigações cujo objecto de estudo são os filhos de imigrantes debruçam-se apenas sobre os resultados escolares destes jovens,

Na informação produzida pelo ACIDI, verifica-se que os estudantes pertencentes à comunidade angolana, enquadrados no grupo de estudantes formado pelas cinco comunidades

dos países da língua oficial Portuguesa, têm problemas de insucesso e abandono escolar de forma mais grave do que a totalidade da população escolar em Portugal.

Apesar deste facto e de acordo com estes dados e com o estudo “Portugal Multicultural” [Bastos; Bastos; 1999], os angolanos apresentam, no geral, um quadro mais positivo do que os alunos de origem cabo-verdiana (a situação que se destaca por ser claramente mais preocupante), os guineenses e os santomenses, embora bastante mais desfavorável relativamente aos alunos de origem moçambicana e, especialmente, aos alunos genealogicamente portugueses.

A taxa de desistências e de aprovação no Ensino Básico e de Secundário [1997-1998]

Desist	4ºAnos	6º Ano		9º Ano		12º Ano	
	Aprov	Desist.	Aprov.	Desist	Aprov.	Desist.	Aprov.
Angolanos 10,9	87,9	15,5	85,2	18,2	79,3	29,0	55,1
Cabo-Verdianos 5,1	78,9	14,5	72,1	20,1	78,6	45,2	62,0
Guineenses 2,6	84,6	18,6	84,2	21,1	78,5	14,5	52,1
Santomenses 2,3	81,1	11,5	83,4	25,2	82,4	37,0	68,8
Moçambicanos 1,8	91,4	22,1	86,2	21,9	82,5	14,2	65,4
Total Alunos 0,4	87,7	-0,3	88,5	1,9	86,5	14,2	65,4

Fig.ª 16 - Fonte: “Portugal Multicultural” [Bastos; Bastos; 1999:96. Base de dados “Entreculturas”]

Nota: A taxa de desistências compara os alunos que permanecem num determinado estabelecimento no ensino oficial com os que inicialmente aí se encontravam inscritos.

Estes situam, ao nível do comportamento e de desempenho escolar, o grupo de origem angolana entre o conjunto de alunos cabo-verdianos [tidos como os mais indisciplinados e agressivos] e os moçambicanos. Distinguem-se duas dimensões: - comportamento e rendimento escolar, que têm fortes ligações entre elas, destacam-se ainda as seguintes impressões recolhidas através de entrevistas a estes docentes:

- a) Ao nível do comportamento, e importa que estamos a fazer uma generalização, o que esconde a variedade interna do grupo:
 - Foram feitas várias referências ao tempo de estadia em Portugal: enquanto os alunos que vivem no país de acolhimento há pouco tempo, apesar de geralmente apresentarem maiores dificuldades na aprendizagem decorrentes de estarem ainda atravessar uma fase de adaptação, são bastante disciplinados; os jovens que nasceram em Portugal ou cá se encontram destes muito novos [ou seja, outro grupo, que neste trabalho foi definido como descendentes de angolanos] são apontados como mais problemáticos;
 - Vários professores afirmaram que, contrariamente ao que é comum pensar-se, os alunos mais indisciplinados não são os descendentes de imigrantes, mas sim os alunos de origem

portuguesa que vivem em bairros com graves problemas sociais [e onde frequentemente a presença africana é também muito marcada].

- b) No tocante ao desempenho escolar, o melhor conhecimento da língua portuguesa é um dos factores explicativos do nível de sucesso dos jovens angolanos, que, apesar de globalmente baixo, é superior ao de jovens membros de outras comunidades, nomeadamente a cabo-verdiana⁴². Conforme vimos anteriormente a generalidade dos descendentes inquiridos desconhece qualquer dialecto ou línguas nacionais angolanas, o que significa que a sua língua materna é o português.

Fig.^a 17: Insucesso Escolar dos descendentes angolanos e de luso - angolanos que frequentam o sistema de ensino

	Ano escolar frequentado												Freq. Fac	Total respostas	NIR	Total	
	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a	6 ^a	7 ^a	8 ^a	9 ^a	10 ^a	11 ^a	12 ^a					
1 ^a - 6 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1 ^a /2 ^a - 7 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2 ^a /3 ^a - 8 anos	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	10
3 ^a /4 ^a - 9 anos	1	0	4	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	3	13
4 ^a /5 ^a - 10 anos	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12	1	13
5 ^a /6 ^a - 11 anos	1	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	18	1	19
6 ^a /7 ^a - 12 anos	1	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	19	5	24
7 ^a /8 ^a - 13 anos	0	0	0	0	1	4	12	0	0	0	0	0	0	0	20	1	21
8 ^a /9 ^a - 14 anos	0	0	1	0	0	0	6	7	0	0	0	0	0	0	20	4	24
9 ^a /10 ^a - 15 anos	0	0	1	0	0	0	5	7	0	11	0	0	0	0	21	3	34
10 ^a /11 ^a - 16 anos	0	0	1	0	0	0	1	4	9	10	0	0	0	0	24	5	34
11 ^a /12 ^a - 17 anos	0	0	0	0	0	0	1	2	9	11	0	0	0	0	23	2	35
12 ^a /fac - 18 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	5	4	10	0	0	0	24	1	36
Frequência fac - 17 a 24 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	4	8	7	16	11	0	46	3	49
Mais de 25 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	3	0	3
Total respostas	9	5	15	7	20	21	32	25	39	46	26	28	14	267	40	327	
NIR idade	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2	
Total	9	5	15	7	22	21	32	25	39	46	26	28	14	269	40	329	
% alunos	64,7	100	72,3	71,4	85,0	81,0	59,4	48,0	20,9	45,7	34,3	29,2	85,7	-	-	-	
% alunos	33,3	0,0	28,7	29,4	15,0	17,0	40,6	60,0	69,2	54,3	65,4	60,7	14,3	-	-	-	

Fonte: Inquérito a Descendentes de Angolanos e de Luso-angolanos Residentes na AML (2000/01)

No sombreado mais escuro estão representados os indivíduos que frequentam o grau de ensino correspondente à sua idade, ou seja, todos aqueles que em princípio nunca reprovaram ou que, quanto muito, só perderam um ano. O sombreado mais claro mostra os alunos que estão

⁴²Por exemplo, entre a comunidade cabo-verdiana, mesmo em relação a alguns dos membros já nascidos em Portugal, o conhecimento da língua portuguesa (especialmente escrito) é relativamente limitado, o que se afigura como uma dificuldade acrescida para o sucesso na escola destes indivíduos.

atrasados pelo menos um ano lectivo em relação à sua idade. Assim, podemos constatar que a percentagem de estudantes que já reprovaram ou desistiram, é bastante significativa em todos os níveis académicos, sobretudo a partir do terceiro ciclo.

Este grupo pode, no entanto, incluir alguns casos que não correspondem a situações de insucesso escolar, mas sim a crianças que chegaram a Portugal após terem iniciado o percurso escolar e que foram integrados num nível anterior ao que frequentavam em Angola (mais comum entre os alunos do 1º ciclo do ensino básico) Estes casos não serão muito significativos entre o grupo de jovens inquerido, pois apenas poderão ter ocorrido a alguns dos indivíduos do conjunto de descendentes vindo para Portugal entre os 6 e os 12 anos de idade (grupo que no total representa unicamente cerca de ¼ dos descendentes contactados).

Apesar de não ser o nosso objectivo falar das questões relacionadas com o insucesso e o abandono escolar dos filhos dos imigrantes – um dos aspectos que se encontra melhor estudado, havendo já um número significativo de trabalhos realizados nesta área – não deixa de ser essencial apresentar sucintamente alguns elementos teóricos desta temática, uma vez que o sucesso ou insucesso do desempenho escolar poderá ser, se encarado enquanto fenómeno que afecta uma Comunidade, um indicador do sucesso da inserção.

Entre as diversas teorias que foram desenvolvidas para explicar as diferenças de rendimento escolar entre os grupos de imigrantes, destacamos, em seguida, três delas. A primeira, tem a ver com o nível de instrução dos pais. Segundo esta interpretação, as diferenças entre grupos são devidas a legados educacionais, linguísticos, etc.

Outro tipo de explicação está relacionada com o grande capital social, sendo a diferença entre grupos determinada pela estrutura familiar e outras redes familiares (grau de coesão que facilita o controlo). Assim, haveria uma relação estreita entre o rendimento escolar e a proporção de famílias que se mantém juntas (inexistência de divórcios), pois há um reforço da vigilância dos adultos, o número de laços com outras famílias, a solidariedade familiar (caso de alguns grupos asiáticos) e a tendência de agrupamento em determinadas cidades e manutenção de redes densas.

Por último, a terceira teoria defende que as diferenças entre as comunidades transcendem a família e o seu contexto social imediato. Segundo esta os modos de incorporação dos imigrantes, determinados por políticas governamentais e pela percepção pública das diferentes nacionalidades, interagem com a cultura e aspirações dos seus membros, produzindo diversas comunidades étnicas. A sua percepção do que é atingível na sociedade de acolhimento e a solidariedade mútua, influenciando, portanto, os padrões de adaptação tanto dos adultos como das crianças. Estes efeitos, relacionados com o contexto de recepção e história de cada comunidade imigrante, transcendem as características individuais e familiares, influenciando todos os membros de um determinado grupo. Esta teoria assenta, assim, na hipótese de que

determinada comunidade constitui uma vantagem ou desvantagem para os seus membros, devido aos recursos {ou falta deles} possuídos pela comunidade, à discriminação por parte da população autóctone e às condições de recepção ao nível de políticas do país de acolhimento de que são alvo.

As três teorias evitam a assunção de que os descendentes de imigrantes sejam caracterizados de forma homogénea como era frequente em estudos anteriores, explorando a heterogeneidade de origens e rendimentos escolares.

Portes e Macleod [1999] testam estas três teorias e defendem que, apesar de serem factores importantes, nem o capital humano ou social, nem as escolas frequentadas explicam, por si só, as diferenças de rendimento escolar. A explicação tem de ser procurada num quadro conceptual mais complexo, numa esfera colectiva. Fazem também notar que os resultados da adaptação das várias criações não são uniformes: algumas atingem muito melhor resultados do que outras. Estas diferenças relacionam-se, em grande medida, com o estatuto sócio – económico da família, não sendo neste aspecto os filhos dos imigrantes diferentes dos filhos dos naturais do país de acolhimento.

Assim, tanto o nível de escolaridade paterna e redes sociais, como todo o peso da experiência de um grupo de imigrantes, desempenham um papel fundamental no percurso escolar das crianças. O património individual trazido sob a forma de capital humano e social é importante, mas também o é o contexto estrutural que o recebe. A hostilidade governamental e a discriminação por parte da população portuguesa contra determinados grupos prejudicam gravemente a sociedade, na medida em que se vai transmitir durante gerações reproduzindo – se em handicaps’ escolares e sociais entre a sua juventude. Estes handicaps’ podem conduzir às muitas patologias sociais de que os imigrantes muitas vezes são acusados, nomeadamente a delinquência e criminalidade juvenil, toxicoddependência, etc. Esta teoria está de acordo com a lógica geral que tem sustentado a presente investigação.

12. Integração profissional dos descendentes de angolanos e de luso-angolanos

O terceiro vector que podia ser utilizado para avaliar a inserção dos descendentes de angolanos e de Luso – Angolanos é a capacidade de inserção no mercado de trabalho. Julgo que não existem elementos, para se proceder a uma análise aprofundada das características profissionais, destes indivíduos, pois como se referiu desde inicio da investigação, os contactos realizados foram, na sua maioria, aplicados em estabelecimentos de ensino secundário e universitário (foram igualmente realizados alguns a trabalhadores, que apenas foram considerados para caracterização do conjunto de descendentes). No entanto, temos acesso a

alguns elementos que podem ser utilizados para uma abordagem mais superficial e de carácter qualitativo, nomeadamente algumas questões da investigação e os testemunhos de associações da comunidade estudantil. Apesar do insucesso escolar ser transversal e frequente na comunidade angolana, quase $\frac{3}{4}$ dos descendentes investigados indicou como profissão que desejaria desempenhar no futuro, ocupações que exigem como habilitações literárias uma formação académica de nível superior. Um outro grupo de profissão ambicionada pelos descendentes mais jovens corresponde ao sonho do futebol e das artes (em especial o mundo da música).

Pelo contrário, as referências de profissões um pouco menos qualificadas, dadas em número bastante reduzido, vêm da população mais velha, importa clarificar que a categoria correspondente às “Profissões de nível Intermédio” engloba actividades de nível técnico – profissional. É a classe mais heterogénea, incluindo ocupações como técnico de electrónica, técnico de televisão e rádio, profissões administrativas, fotocopiadores ou animadores sócio – culturais, entre outras.

Profissão desejada pelos descendentes de angolanos , por idades

	8 e 12		13 e 16		17 e mais		NR		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Médico/Veterinário	7	28,0	12	21,1	3	5,9	0	0,0	22	16,4
Arq./Engenheiro	4	16,0	12,3	3	5,9	0	0	0,0	14	10
Comunic. Social Humanidades	0	0,0	5	8,8	7	13,7	0	0,0	12	9,0
Advogado	2	8,0	5	8,8	3	5,9	0	0,0	10	7,5
Gestão de Empresas	0	0,0	5	8,8	4	7,8	0	0,0	9	6,7
Professores	2	8,0	4	7,0	2	3,9	0	0,0	8	6,0
Biólogo/Agronomo	1	4,0	1	1,8	4	7,8	0	0,0	6	4,5
Psicologia	1	4,0	2	3,5	1	2,0	0	0,0	4	3,0
Ed. de Infância/Prof. Primário	2	8,0	1	1,8	2	3,9	0	0,0	5	3,7
Enfermagem	0	0,0	0	0,0	2	3,9	0	0,0	2	1,5
Espec.da Informática	0	0,0	1	1,8	5	9,8	0	0,0	6	4,5
Prof./Nível Intermédio	0	0,0	4	7,0	5	9,8	0	0,0	9	6,7
Militar/Polícia/Bombeiro	0	0,0	3	5,3	5	9,8	1	100	9	6,7
Artista/Futebolista	5	20	5	8,8	1	2,0	0	0,0	11	8,2
Modelo/Prod. Moda	1	4,0	1	1,8	2	3,9	0	0,0	4	3,0
Outros pouco qualif.	0	0,0	1	1,8	2	3,9	0	0,0	3	2,2
Total de respostas	25	100,0	57	100,0	51	100,0	1	100,0	134	19,8
Sem Respostas	2	7,4	12	17,4	19	27,1	0	0,0	33	19,0
Total Geral	27	100,0	69	100,0	70	70	100,0	167	100,0	

Fig.^a 18 Fonte: Inquérito a Descendentes de Angolanos e de Luso-angolano com residência na Área Metropolitana de Lisboa (INE)

É importante referir que as respostas dadas em relação ao que os jovens pensam que irão fazer no futuro, ou seja não representam as suas expectativas, mas sim os seus desejos sobre o que gostariam de fazer a nível profissional.

Assim, e, como foi amplamente referido anteriormente, as expectativas em relação ao futuro deste conjunto de descendentes são reduzidas e estão fortemente relacionados com o meio em que estes jovens vivem. Os responsáveis da escola básica 2,3 Ana de Castro Osório, localizada no Bairro da Boavista, no Concelho de Setúbal, um de muitos bairros de habitação social onde exclusão social se manifesta de forma mais intensa, afirmam que as expectativas dos alunos que frequentam esta escola são baixas, pois acabam por terem lugar apenas na construção civil ou nos serviços de limpeza. Por essa razão, a maioria dos alunos, embora haja excepções, não prossegue os estudos para além do 9º ano.

Podemos afirmar que, embora as expectativas dos alunos nos bairros onde se conjugam aspectos de marginalidade social, económica e territorial sejam por norma bastante baixas, existem factores que podem interferir modificando este cenário. Um exemplo foi-nos apresentado por uma associação de angolanos – a S. O. S. – Defesa dos Angolanos – implantada num outro bairro segregado, bairro da Quinta Grande na Charneca, em Lisboa. Esta Associação conta que a partir do momento que o primeiro residente do bairro ingressou no ensino superior, um jovem com o 12º ano que antes trabalhava na construção civil, o número de jovens do bairro que decidiu continuar a estudar aumentou consideravelmente.

	Activos	Trab. Estudantes	Total	
			Nº	%
Engenheiros / Professores	3	0	3	6,3
Actriz	0	1	1	2,1
Programador Informático	1	0	1	2,1
Assistente de Bordo na TAP	1	0	1	2,1
Monitores /Animadores Sócio - Culturais	3	0	3	6,3
Secretárias/Recepcionistas/Telefonistas	5	2	7	14,6
Técnicos de Instalação /Artes Gráficas	2	0	2	4,2
Trabalhadores menos qualif. do Comercio	5	5	10	20,8
Empregados de Restauração	3	4	7	14,6
Empregadas Domesticas /de Limpeza	4	0	4	8,3
Trabalhadores da Construção Civil	3	0	3	6,3
Militares /Seguranças	3	0	3	6,3
Operários Fabris	2	0	2	4,2
Auxiliares de Acção Educativa	1	0	1	2,1
Distribuição de Publicidade	0	1	1	2,1
Total de Respostas	35	13	48	100,0
Sem Resposta	4	1	5	9,4
Total de Activos	39	14	53	100,0

Profissões exercidas por Angolanos e de Luso – Angolanos

Fig.ª 19 b Fonte: Inquérito a Descendentes de Angolanos e de Luso – Angolanos Residentes na Área Metropolitana de Lisboa 2000/2001

Recorrendo aos dados do questionário aplicado, encontramos também um conjunto de activos e de trabalhadores – estudantes entre o grupo de 429 descendentes de angolanos e de luso - angolanos no qual baseamos a ligações dos descendentes angolanos. O reduzido número de casos não permite realizar grandes generalizações. As profissões encontradas não indicam muitas alterações no perfil sócio – profissional encontradas, não indicam outras alterações, para a totalidade da comunidade. Encontramos um grupo de descendentes com actividade em sectores mais qualificados e, no pólo oposto, um conjunto de indivíduos, bastante mais numeroso, com actividades profissionais muito desqualificadas [64,6% das respostas]. Estes últimos, parecem privilegiar o Terciário em serviços quer no comércio, quer nas grandes superfícies em actividades de caixa, reposição, quer seja no comércio tradicional ou ainda na restauração.

O conjunto de trabalhadores – Estudantes engloba apenas 14 descendentes. No geral, exceptuando o caso de uma actriz estudante no ensino superior (licenciatura), as actividades profissionais desempenhadas, são na grande maioria muito desqualificadas e enquadram-se no espírito do “part-time”, como por exemplo a distribuição de publicidade ou o telemarketing.

13. Identidade, Cultura Juvenil e Integração na Comunidade de Acolhimento

A crise de identidade dos descendentes de imigrantes, representa um obstáculo adicional ao sucesso da sua inserção, pelo que, embora este não tenha sido um aspecto desenvolvido, se considera importante deixar aqui algumas impressões sobre a forma como estes aspectos poderão interferir na vida destes descendentes.

É necessário sublinhar o facto do estudo da identidade ser uma temática muito subjectiva e ao mesmo tempo complexa. É um conceito maleável e dinâmico. Relaciona-se com a adopção de práticas, crenças e valores, que tanto podem ser característicos de um grupo etário, de um território [país, região ou bairro] ou de um grupo social, entre outros. Estes aspectos não são mutuamente exclusivos, pelo que um indivíduo assume duplas ou múltiplas identidades, por vezes mesmo em relação a uma mesma característica, nomeadamente o território. Podem igualmente ser alterados com a passagem do tempo.

Ao procurar-se estabelecer a relação entre identidade e integração do universo em estudo, não desejamos de modo algum afirmar que um indivíduo, por se identificar como angolano, não se encontre bem integrado na comunidade de acolhimento, enquanto outro, por assumir uma

identidade portuguesa, não possa sofrer de problemas de exclusão social. Algumas das crianças nascidas em Portugal, residentes em bairros como a quinta do Mocho [já demolida e os seus habitantes realojados na Urbanização Terraços da Ponte] onde as deficiências nas condições de habitabilidade e estigmatização negativa associada a esse espaço e aos respectivos residentes são claramente reconhecidas, assumem-se como portuguesas, sentindo – se inclusivamente incomodadas com a existência de duvidas quanto a essa questão.

A identidade, quando associada a outras características, pode neste caso dizer-nos algo sobre a integração, no entanto, não é possível estabelecer ligações lineares entre os dois aspectos.

A residência nestes bairros onde o perfil profissional dos habitantes é marcado por uma convergência em empregos precários e em sectores de actividade desqualificados e socialmente desvalorizados e onde há um contacto diário com situações patológicas como alcoolismo e a toxicod dependência, provoca nestes descendentes algumas frustração.

A cultura de oposição de que temos vindo a falar, não exclusiva dos descendentes de imigrantes angolanos, pode ser assumida por jovens portugueses que vivem no mesmo contexto social. No caso dos descendentes africanos, esta cultura é muitas vezes alimentada por um sentimento de rejeição e consideração pela sociedade, que por sua vez, tem sido com alguma frequência fomentado pelos meios de comunicação social, que contribuem para difundir a associação entre jovens negros e delinquência juvenil⁴³.

Assim, nos bairros problemáticos os exemplos de sucesso existentes são quase sempre dados por pessoas com ligações a práticas ilícitas, promovendo estas actividades aos olhos de alguns destes jovens que, vêem nelas a única saída para a pobreza. No entanto, não se poderá negar a existência de uma cultura de violência, mas importa distinguir entre esta e os símbolos adoptados por uma cultura juvenil negra mas não exclusiva de descendentes de imigrantes africanos, linguagem, musical, comportamentos, estética e formas de vestir. Segundo Contador, esta cultura juvenil negra corresponde a um “third space” identitário que resulta do cruzamento de três influências: a portugalidade, a africanidade e a negritude.

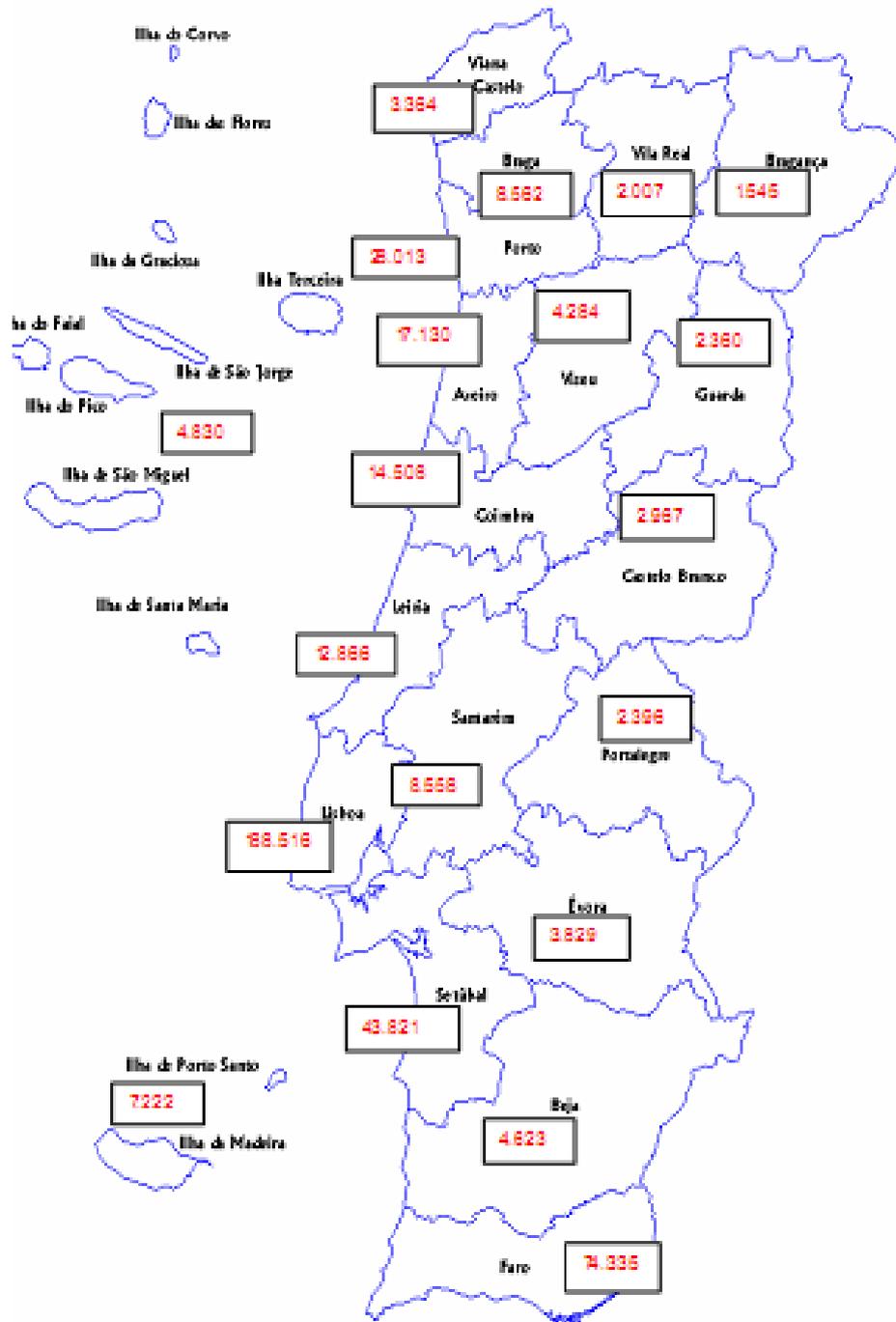
A cultura, por si só, não constitui um elemento que dificulte a integração pode, contudo, afirmar-se como uma dificuldade se o grau de oposição à sociedade se tornar muito elevado (o que geralmente está relacionado com o grau das dificuldades sociais existentes no bairro). Nos bairros, há sempre o risco de os elementos desta cultura serem erradamente conotados com

⁴³ O número de descendentes africanos presos é elevado, sendo os jovens, na faixa etária dos 19 e dos 24 anos, responsáveis por maior parte dos comportamentos criminoso. [Justino et al; 1998]. Uma investigação recente debruçou-se sobre a associação entre imigração e criminalidade, concluindo que maior criminalidade dos estrangeiros face aos portugueses é ilusória, esbatendo-se à medida que se controla o efeito de variáveis relativas à estrutura social das populações, estas sim possuindo uma relação real com o fenómeno da criminalidade [Seabra Santos; 2005].

comportamentos desviantes, e, associar alguns casos de criminalidade juvenil ao grupo de jovens residentes no meio.

Por último, o descendente de origem angolana residente em Portugal constitui um grupo muito alargado e em número superior ao representado nas estatísticas oficiais do INE, entre eles verifica-se o peso da juventude em que muitos deles já são descendentes de naturalidade portuguesa e se tivermos em conta e juntarmos aos que vieram para Portugal durante a infância, obtemos assim, o conjunto de indivíduos que definimos como descendentes de angolanos e de luso – angolanos.

Distribuição dos imigrantes por Distritos



14. Condições da Sociedade de Acolhimento

Os grandes centros são inseparáveis da presença maciça de estrangeiros ou de descendentes com origem africana. Apesar de algumas manifestações racistas ou mesmo xenófobas, que não se querendo minimizar a sua importância, não atingem a magnitude de outras que ocorrem noutros países, a maioria das populações aceitam a presença de estrangeiros e dos seus descendentes. Em Portugal, reina a “subtileza”, o politicamente correcto, isto é, cada um no seu canto. É necessário garantir que esta aceitação não se restrinja ao agrado relativamente à presença de restaurantes exóticos de origem africana, música, estéticas, aceitam-se também os princípios que regem o multiculturalismo e garantias de que os filhos dos imigrantes terão os mesmos direitos e oportunidades efectivas do que qualquer cidadão lusófono.

Isto requer modificações profundas, que implicam mudanças de mentalidades e de princípios há muito estabelecidos. Um dos princípios que é necessário repensar é o conceito de cidadania Lusófona, quase sempre confundido com a nacionalidade, embora tenha vindo a ser separado deste estatuto. Os direitos de cidadania Lusófona deverão ser direitos intrínsecos ao indivíduo e não directamente dependentes de qualquer aspecto formal de ligação a um estado. Esta afirmação será ainda mais pacífica no caso de esse ser o país que essas pessoas melhor conhecem, porque lá nasceram ou porque lá cresceram.

A aceitação do outro tem sido uma tarefa quase impossível, contudo necessária porque prepara cada um de nós na aceitação do “outro” como igual, em termos de direitos. Os descendentes de imigrantes lutam no seu dia-a-dia para conquistar o seu lugar na sociedade de acolhimento. Tal situação acontece frequentemente com outras comunidades africanas, porque estes são geralmente classificados pela comunidade de acolhimento como imigrantes ou estrangeiros devido à sua cor. Uma situação descrita numa sala de aulas ilustra este tipo de raciocínio: a Professora de uma criança filha de imigrantes angolanos, com naturalidade e nacionalidade portuguesa, questionou-a pela razão porque não tinha levantado o braço quando ela tinha pedido para os meninos de Angola se identificarem (F. Machado). Não sendo este um acto intencional de discriminação é um reflexo de uma dificuldade de aceitação com que essas crianças têm de lidar. Para essas crianças, ainda muito jovens, esta atitude foi sentida como um acto de discriminação.

Em Portugal e para muitos portugueses, o estigma da raça negra está bastante enraizado, sendo, na linguagem corrente, o preto associado ao mal. Vejamos as seguintes expressões; ovelha negra ou um futuro negro.

Embora a lei portuguesa garanta igualdade de direitos, com excepção dos políticos, a estrangeiros e a portugueses, o exercício destes direitos encontra-se dependente do estatuto legal (verificou-se que entre os angolanos há um elevado número de cidadãos em situação irregular, estatuto que é transmitido aos seus filhos) e da existência de um emprego formal, em especial a partir da década de 90, para dar resposta às situações de exclusão social entre as comunidades imigrantes que começavam a tornarem-se comuns, tendo-se, no entanto, partido de uma ausência quase total de preocupação com estas questões. Hoje, estamos muito longe de poder afirmar que estas situações foram resolvidas, tendo inclusivamente sido detectados indícios da sua manutenção entre grupo em estudo.

Assim, poder-se-á, concluir que a comunidade angolana residente na Área Metropolitana de Lisboa, apesar de alguma diversidade interna, é composta na sua maioria por descendentes com fracos recursos económicos, concentrados em profissões desqualificadas, residindo muitas famílias em áreas que se caracterizam pela incidência de graves problemas sociais, degradadas e estigmatizadas pela população em geral. Além das condições da sociedade de acolhimento também as características de cada indivíduo, a sua personalidade e as suas motivações desempenham um importante papel da sua inserção. O mesmo se passa em relação às características da sua família, que vão determinar aspectos tão importantes como o local de residência ou a escola que frequentam e influenciar alguns dos valores e normas destes indivíduos.

15. Conclusão

A presente investigação constitui uma tentativa de reconstruir e de compreender os processos que regem as dinâmicas da identificação da comunidade angolana em Portugal e do perfil para a sua integração. Em todos os países de acolhimento de imigrantes, a integração dos seus descendentes constitui um dos maiores desafios à sociedade, incomparavelmente mais complexos do que a integração da primeira geração. Enquanto os “pioneiros” estão disponíveis para enfrentar todas as dificuldades e têm como referência a comparação com as condições mais hostis do seu país de origem, os seus filhos, muitas vezes já nascidos no país de acolhimento, não viveram o processo migratório, nomeadamente na dureza das suas causas. A comparação que encontramos, é mais uma análise interactiva e interrelacional e permite proceder à comparação de informação – justamente com os jovens da sua idade que permanecem no país, - com os jovens originários do país onde residem. E aí, as diferenças são, muitas vezes, flagrantes.

A melhor maneira de olhar a sociedade portuguesa, consiste em ver como essa sociedade evoluiu durante as últimas décadas (século XX). Para outros autores, compreender Portugal, em termos dos seus fundamentos e organização, encontra-se em causa ou em discussão. Decorrem desse contexto incertezas e conflitos, posto que se confronta uma história passada e ainda recente com o facto de que o futuro português tem agora como «modelo e horizonte» a Europa. De um olhar e uma realidade histórica voltada «para dentro» vale dizer, para o interior do continente e seu centro, coloca aí as esperanças de sua modernização e prosperidade. Transforma-se em «uma sociedade plural [...] Há de modo crescentes sinais de pluralidade: na população, nos traços étnicos e culturais nos comportamentos religiosos, na vida política, na organização do Estado, na competição económica e na organização civil» (Barreto, 1995, p. 842).

As condições socioeconómicas das suas famílias, em norma mais pobres que a média nacional, empurra-os para as margens da exclusão social, com impacto na habitação, na saúde ou na educação. A esta marginalização socioeconómica acresce igualmente a discriminação em função da origem, racial, étnica ou nacional. A desigualdade de oportunidades manifesta-se em vários domínios. Atravessa os seus percursos escolares e desafia os seus projectos de futuro académico e profissional, dificultando o rompimento e a superação do universo profissional de inserção dos seus países, e a construção de trajectórias de mobilidade social ascendente. Estende-se depois até à duríssima discriminação no acesso ao trabalho, passando igualmente pelos efeitos perversos dos preconceitos e/ou dos estereótipos, que os minimizam. Ainda há muitos portugueses “europeus” que se afastam de um negro, que lhe negam habitação, trabalho, por causa de séculos de desprezo e de repugnância. Portugal tem ainda um longo caminho na descoberta não física, geológica mas antes de educação, da igualdade. Este é um balanço possível da realidade de dificuldades duma comunidade cuja origem não é a de um país qualquer, mas antes de um, que a bem ou a mal, acompanhou e foi forçado a pertencer durante mais de 400 anos em situação de submissão transformado em fornecedor de força produtiva no açúcar ou no ouro de Minas Gerais e Mato Grosso, da jóia portuguesa que foi o Brasil, como bem disse o Padre António Vieira quando afirmava que sem Angola não havia Pernambuco. Pois também não haveria as reservas de ouro actuais vindas do esforço diário nas minas do Transval. Duma comunidade que pertence a um país transformado na solução da migração portuguesa mais recente. Quem quer direitos iguais, tem de dar direitos iguais.

A esta realidade urge dar uma resposta positiva, que deve começar pela afirmação inequívoca da existência de um lugar na sociedade portuguesa para os descendentes de imigrantes não só angolanos mas de todos os antigos territórios portugueses. São parte inteira desta sociedade, da sua herança que também é sua. Nela devem desfrutar dos mesmos direitos e cumprir os mesmos deveres. Na educação, na formação profissional e no acesso ao emprego.

No aumento das lutas pela igualdade dos géneros. No apoio à Terceira Idade. Na formação do trabalho e na igualdade da concessão do crédito.

Neste processo de afirmação positiva de um lugar para os descendentes de imigrantes na sociedade portuguesa, em que deve ser garantido o pleno acesso aos direitos sociais, importa não só pedir a cada cidadã /o nacional um comportamento cívico, como também reclamar particular responsabilidade junto daqueles que pelas funções de serviço ao bem comum, como os políticos e os jornalistas, e também dar a voz, enquanto protagonistas aos descendentes de imigrantes. Que seja uma evolução inovadora da estrutura social e em termos económicos; que seja uma oportunidade humilde para solidificar e pacificar em igualdade a sociedade portuguesa. Foi isso que nos propomos fazer com este trabalho de investigação.

Outro aspecto que constatamos nesta investigação, é a necessidade da integração dos jovens que chegam a Portugal em idade adulta e que nasceram no seio de famílias conservadoras nos seus valores, que se integram na sociedade portuguesa noutros níveis de sociedade. A sua integração, assume diferentes parâmetros, dos daqueles que já nascem em Portugal, com origem em famílias desestruturadas.

Ultimamente muitas medidas avulsas têm sido tomadas mais em função dos perigos sociais representados pelos “negros” do que pelo desejo verdadeiro de igualdade social. O Estado apresenta-se de uma maneira muito contraditória neste campo. Não basta evocar a Constituição. Torna-se necessário introduzir neste quadro das comunidades emigrantes e não só africanas, a figura de uma autoridade adequada, independente, como a de um Provedor do Imigrante, com capacidade de poder observar, aconselhar e recomendar superiormente o equilíbrio social nesta área tão carenciada e desprotegida.

É preciso repensar também a sociedade, formatando a juventude desde muito cedo procedendo à sua integração não só “*de facto*” mas também “*de lege*” com medidas concretas. Apesar de toda a experiência, que Portugal pretende assumir neste campo, projectando uma imagem exterior quer histórica de “Pai Descobridor” da Globalização, de chave crucial e incontornável na “Abertura dos Mundos aos Mundos”, de “Janela da Europa”, verificamos que a ignorância do seu passado continua a ser a Madre Mestra das medidas de exclusão, ainda não tendo sido definitivamente saneada a fórmula jurídica do direito “*jus sanguinis*” que assumiu o carácter da lei da nacionalidade portuguesa contra a tradição tão portuguesa do “*jus solis*”.

O desenvolvimento desta parte dos descendentes angolanos deve passar por medidas concretas para o combate do insucesso e abandono escolar, e a qualificação objectiva dos adultos.

É preciso que nos meios de comunicação se possa passar a mensagem de que as diferenças quando existem são para serem ultrapassadas e de maneira alguma se tornarem no padrão da condenação. Deverão ser co-autores de um futuro comum, participando de pleno

direito na política e na cultura, nas artes e na economia. Sem eles, Portugal será mais pobre.
Com eles, ganharemos todos.

É a luta da Humanidade pela Humanidade.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

- ABRANTES, Pedro (s. d.), *A Escola Multicultural: Ficção e Realidades*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Universidade de Lisboa.
- ALTO COMISSARIO PARA IMIGRAÇÃO E MINORIAS ÉTNICAS (2000) – *Combate ao racismo: Meios Jurídicos*, Lisboa, Edição ACIME
- ALMEIDA, João F. Capucha (1992), *Exclusão Social: Factores e Tipos de Pobreza*, Oeiras, Celta.
- ALMEIDA, Miguel Vale de, *Um Mar da Cor da Terra: Raça, Política e Cultura de Identidade*, Oeiras, Celta, 2000.
- ALMADA, José Luís H. (1996) «Editorial» in *Pré-Textos. II, Ideias e Culturas. Comentários à Mesa Redonda Afro-Luso-Brasileira, Cabo Verde, número especial, Novembro*, pp. 4-6.
- ALBUQUERQUE, Rosana; FERREIRA, Lúcia E; VIEGAS, Telma (2000) – *O Fenómeno Associativo em Contexto Migratório: Duas Décadas de Associativismo de Imigrantes em Portugal*. Oeiras, Celta Editora
- AYMARD, Maurice (1996), «As minorias» in Fernand Braudel (dir.), *A Europa Terramar*.
- BAGANHA, Maria Ioannis (1998-1999), «Migrações internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos?», in *Revista Critica de Ciências Sociais*, n.os 52-53, pp. 229-280.
- BAGANHA, Maria Ioannis (coord.) (2001), *Imigração e Política: o Caso Português*, Lisboa, Liso Americana para o Desenvolvimento.
- BAGANHA, Maria Ioannis e tal. (1999), «Os imigrantes no mercado de trabalho: o caso português», in *Análise Social*, Lisboa, vol. 34, nº.150, pp. 147-173.
- BAGANHAS, Maria Ioannis e tal. [Comissão organizadora] (1993) – *Emigração/Imigração em Portugal*. Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal – Séculos XIX e XX. Estudos 12. Editorial Fragmentos. Algés.
- BARRETO, António (org.) (1996), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 841-855.
- BASTOS, José Gabriel, e BASTOS, Suzana P. (1999), *Portugal Multicultural*, Lisboa, de Século. <http://www.anq.gov.pt/default.aspx>
- BASTOS, José Gabriel Pereira, *Portugal Europeu: Estratégias Identitárias Inter-nacionais dos Portugueses*, Oeiras, Celta, 2000. **Bastos, J. e Bastos, S., *Portugal multicultural. Situação e estratégias identitárias das minorias étnicas***, Lisboa: Fim de Século, 1999, 227 pags.

- CARVALHO, Edgar de Assis (1982), «Reflexões sobre identidades étnico-cultural», in Seminário Interdisciplinar, São Paulo, PUC/SP, 1982.
- CASTORIADIS, Cornélius (s.d.), Reflexões sobre o Racismo, s.l., sd. Fac-similar.
- CACHADA, Firmino, et. al. (1991) – Os Números da Imigração Africana – Os Imigrantes Africanos nos Bairros Degradados e Núcleos de Habitação Social nos Distritos de Lisboa e Setúbal. Lisboa, DEDIAP/CEPAC, Cadernos CEPAC/2 (mimeo).
- CIDAC (1992), A Comunidade Africana em Portugal, Lisboa, Colibri.
- COMISSÃO DA COMUNIDADE EUROPEIA (1994), Relatório sobre a Educação de Filhos de Imigrantes na União Europeia, Bruxelas, 25 de Março.
- CONTADOR, António Concorde (2000) – Cultura Juvenil Negra em Portugal. Oeiras, Celta Editora.
- CONTADOR, António Concorde (1998) – “Consciência de Gerações e Etnicidade” In Sociologia - Problemas e práticas, nº 26, pp. 57-83, Oeiras, Celta Editora
- CORDEIRO, J. O. (1989) A Imigração Angolana – Caracterização e Análise dos motivos de Emigração e dos Limites de Integração (relatório de pesquisa). Associação Cultural e Recreativa Angolana. Lisboa (mimeo).
- DEDIAR/CEPAC, Cadernos CEPAC/2, 1995, mimeo;
- DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E JUVENTUDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (1995), Estudo sobre a integração das Crianças de Minorias Étnicas nas Escolas no 1º Ciclo do Ensino Básico, Conselho Municipal das Comunidades Migrantes e Minorias Étnicas.
- MIRANDA, Joana, A Identidade Nacional: Do Mito ao Sentido Estratégico,
- PEREIRA, Mónica, “Negros Hábitos”, Visão, 16 de Setembro, 1993
- PIRES, Rui Pena, “Haja Vergonha!”, Público, 5 de Setembro, 1993
- PIRES, Rui Pena et al., Os Retornados – um estudo sociológico, Lisboa: IED, 1984
- PIRES, Rui Pena, “A imigração”, in História da Expansão Portuguesa, vol. V, Francisco Bethencourt e Chaudhuri (dir.) [ed.], Lisboa: Círculo de Leitores, 1999, pp. 197 – 211.
- PEREIRA, Rosa M. P. – ser imigrante num país de emigrantes, contribuição para uma política de imigração em Portugal, UA, Lisboa, 1997, tese de mestrado, mimeo.
- PORTAS, Paulo, “Mão Pesada”, O Independente, 3 de Setembro, 1993.
- MACHADO, Fernando Luiz (1991), Etnicidade em Portugal: aproximação ao caso guineense», in Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Lisboa, ISCTE.
- MACHADO, Fernando Luiz (1992), «da Guiné-Bissau a Portugal: luso-guineenses e imigrantes», in Sociologia, Problemas e Práticas, Lisboa, n.º 26, pp. 9-56.
- MACHADO, Fernando Luiz (1994), «Luso-Africanos em Portugal: nas margens da etnicidade», in Sociologia, Problemas e Práticas, Lisboa, n.º33, pp. 9-44.

MADEIRA, Carlos (1999), «Na luta pelo reconhecimento: cidadania, espaço e identidade numa comunidade luso-angolana», in Suzana P. Bastos (coord.) Portugal Plural, Lisboa, projecto MALHEIROS, Jorge Macaísta – Imigrantes na Região de Lisboa – os anos da mudança, Lisboa (estas últimas 3 referências estão fora da ordem alfabética)

JNCT/ANT/855/95, relatório n.º 4.

PEREIRA, Luísa e Filipa M. Ribeiro, O Património Genético Português, a História humana preservada nos genes, Lisboa, Gradiva, 2010.

PINA CABRAL, João de (1997), Racismo ou Etnocentrismo, s.l., mimeo.

QUEIROZ, João, et tal. (1996), Os Africanos na Imprensa Portuguesa, 1993-1995, Lisboa, CIDAC.

ROCHA TRINDADE, Maria Beatriz (1995), «Multiculturalismo e educação», in Maria Beatriz Rocha-Trindade, Sociologia das Migrações, Lisboa, Universidade Aberta.

SAINT-MAURICE, Ana, e PIRES, Rui Pena (1989), «Descolonização e migrações: Os Imigrantes dos PALOP em Portugal», in Revista Internacional de Estudos Africanos, Lisboa, Outubro - Novembro.

SAUNDERS, A., História social dos escravos e libertos em Portugal (1441-1555), Lisboa, IN—CM, 1994

SEABRA, Teresa, “Cidadania: A Europa e os Imigrantes”, in Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local, Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, 1994.